

**FACULDADES INTEGRADAS DE OURINHOS - FIO
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL MIGUEL MOFARREJ**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO
CURSO DE DIREITO**

**Ourinhos – SP
2014**

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES

- 2.1 - Breve Histórico da Instituição de Ensino
- 2.2 - Inserção Regional da IES
- 2.3 - Missão da IES
- 2.4 - Áreas de Atuação da Instituição de Ensino
- 2.5 - Congresso de Iniciação Científica das FIO
- 2.6 - Articulação entre o Plano de Desenvolvimento Institucional e o Projeto Pedagógico do Curso
- 2.7 - Organização Acadêmica e Administrativa
- 2.8 - Autonomia da IES em relação à Mantenedora
- 2.9 - Serviços de Atendimento ao Discente

3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO DE DIREITO

- 3.1 - Designação
- 3.2 - Inserção Regional
- 3.3 - Ato de Autorização
- 3.4 - Visão
- 3.5 - Missão
- 3.6 - Valores
- 3.7 - Objetivos
 - 3.7.1 - Objetivos Gerais
 - 3.7.2 - Objetivos Específicos
- 3.8 - Regime Escolar e Duração do Curso
- 3.9 - Número de Vagas/Turmas/Turnos
- 3.10 - Formas de Ingresso

4 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

- 4.1 - Concepção do Curso
- 4.2 – Estrutura e Organização Curricular
- 4.3 - Ementário e Bibliografia
- 4.4 - Bases teóricas e concepções metodológicas que norteiam as estratégias educacionais
 - 4.4.1 - Disciplinas
 - 4.4.2 - Pesquisa
 - 4.4.3 - Atividades Complementares
 - 4.4.4 - Estágio Supervisionado
 - 4.4.5 - Trabalho de Conclusão de Curso
 - 4.4.6 - Educação Ambiental
 - 4.4.7 - Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena
 - 4.4.8 - Educação em Direitos Humanos

5 CORPO DOCENTE

- 5.1 - Corpo Docente
 - 5.1.1 - Composição do Corpo Docente (nome e titulação)
 - 5.1.2 - Composição do Núcleo Docente Estruturante – NDE
- 5.2 - Coordenação do Curso
 - 5.2.1 - Coordenação Geral
 - 5.2.2 - Coordenação Adjunta

6 INFRA-ESTRUTURA

- 6.1 - Infraestrutura Física e Tecnológica
 - 6.1.1 - Canais de Comunicação e sistemas de informação
 - 6.1.2 - Comunicação Externa
 - 6.1.3 - Equipamentos de informática
 - 6.1.4 - Recurso audiovisuais
 - 6.1.5 - Plano de expansão e atualização dos softwares e equipamentos
 - 6.1.6 - Manutenção e conservação de equipamentos
 - 6.1.7 - Apoio logístico para as atividades acadêmicas
 - 6.1.8 – Descritivo WEBFIO
- 6.2 - Biblioteca
 - 6.2.1 - Espaço Físico
 - 6.2.2 - Acervo
 - 6.2.3 - Tratamento da Informação
 - 6.2.4 - Disposição dos Materiais nas Estantes
 - 6.2.5 - Sistema de Empréstimo
 - 6.2.6 - Sistema de Consulta
 - 6.2.7 - Funcionamento
 - 6.2.8 - Política de Desenvolvimento de Coleções
 - 6.2.9 - Formação do Acervo
 - 6.2.10 - Critérios de Seleção
 - 6.2.11 - Revisão da Política de Desenvolvimento de Coleções
- 6.3 - Laboratórios do Curso
 - 6.3.1 - Salão do Júri
 - 6.3.2 - Anfiteatro
 - 6.3.3 - Laboratórios de Informática

7 AVALIAÇÃO

- 7.1 - Avaliação do rendimento do aluno
- 7.2 - Avaliação do Curso

1 INTRODUÇÃO

As Faculdades Integradas de Ourinhos - FIO apresenta neste documento o Projeto Pedagógico do Curso de Direito, trabalho desenvolvido por uma Comissão Interna da Instituição, composta pelos membros Núcleo Docente Estruturante – NDE – e pela Coordenação do referido curso.

Trata-se, pois, de um conjunto de diretrizes e estratégias que expressam e orientam a prática pedagógica pretendida para o curso e um posicionamento institucional frente ao contexto educacional e o desenvolvimento da área de conhecimento em pauta, amplamente discutido pela Instituição proponente.

Pretende-se aqui definir a identidade, a diferenciação e a originalidade do curso, bem como, sendo documento de reflexão, trazer-lhe perspectivas, prever possíveis mudanças necessárias, assim como mecanismos de avaliação permanentes a fim de manter a excelência na qualidade de ensino buscado por toda a instituição e garantir que esta qualidade esteja refletida nesta nova proposta.

Este Projeto Pedagógico foi elaborado levando-se em consideração o Plano de Desenvolvimento Institucional e a legislação vigente, especialmente as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Direito visando, portanto, a oferta de um Curso que prima pela formação qualitativa e humanística desse profissional para atuar nos diversos campos de abrangência.

É importante destacar que as FIO, que se situa às margens do Km 338+400 metros da Rodovia Transbrasiliana (BR 153), no município de Ourinhos/SP, propicia ensino universitário de qualidade aos estudantes de aproximadamente de 72 cidades do sul de São Paulo e norte do Paraná, totalizando uma população de cerca de um milhão (1.000.000) pessoas.

Atualmente, oferece 15 cursos superiores, dentre os quais se destaca o de Direito, contribuindo assim significativamente para o desenvolvimento social, econômico e cultural da região abrangida, formando profissionais para o exercício das diversas atividades jurídicas. Além do conhecimento jurídico, inserto na formação proposta pelo curso, propicia o desenvolvimento da cidadania através de um projeto pedagógico que alia teoria e prática na formação integral dos seus acadêmicos, que atuam como agentes de transformação social.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES

2.1 - Breve Histórico da Instituição de Ensino

A Fundação Educacional “Miguel Mofarrej”, Mantenedora das Faculdades Integradas de Ourinhos, é uma sociedade de Direito Privado, sem fins lucrativos, destinada à expansão e ao aperfeiçoamento do ensino na região e no país. Foi instituída como Entidade, em Assembleia realizada no dia 29 de dezembro de 1970. Sua escritura pública de constituição foi passada no dia 11 de fevereiro de 1971 no 1º Tabelionato de Ourinhos, no livro 81, fls. 175v/180. Registrada no Cartório de Registro de Imóveis e anexos, comarca de Ourinhos, SP, no Livro A nº 02, de Registro de Pessoas Jurídicas, às folhas 87/88. Seus Estatutos Sociais tiveram redação dada pelas Assembleias Gerais Extraordinárias de 31/10/74, 10/03/75, 19/07/75 e ordinária de 17/04/76, foram devidamente aprovados pelo Ministério Público da Comarca de Ourinhos, publicados no D.O.E., de 08/05/76, página 45, com anotação número de ordem 212, fls. 87/88 no citado livro A nº 02.

A Instituição foi reconhecida de Utilidade Pública Municipal pela lei nº 1.207 de 08/03/71, de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto nº 20.484 de 07/02/83, publicado no D.O.E. de 08/02/83 e de Utilidade Pública Federal pelo Decreto nº 91.904 de 12/11/85.

Recebeu em 09 de outubro de 1972, como doação, todo patrimônio da Associação Interestadual de Ensino e Cultura (ASSIEC) – Mantenedora da Faculdade de Administração de Empresas de Ourinhos, autorizada pelo Decreto nº 66.585/70.

Pelo Decreto nº 71.075 de 12/09/72, foi autorizado o funcionamento da Faculdade de Ciências e Letras de Ourinhos, com os cursos de Letras – Licenciatura de 1º grau – Habilitação em Português / Inglês; Geografia – Licenciatura Plena; Ciências Biológicas – Licenciatura Plena; Ciências – Licenciatura de 1º Grau; Desenho e Plástica – Licenciatura Plena, realizando seu primeiro vestibular em setembro de 1972.

Em atendimento à Legislação do Ensino, foi procedida a transformação nos cursos de Ciências Biológicas Plena e Ciências – Licenciatura de 1º grau, em curso de Ciências – Licenciatura de 1º grau e Plena com Habilitação em

Biologia e do curso de Desenho e Plástica em curso de Educação Artística – Licenciatura de 1º grau, Habilitação Plena em Desenho e Artes Plásticas, cuja autorização se deu em 15/08/1977, através do Decreto nº 80.155/77, em forma de Reconhecimento.

A plenificação do curso de Letras – Licenciatura de 1º grau em Curso de Letras – Licenciatura Plena – Habilitação em Português/Inglês, ocorreu através da Portaria nº 439, de 29/07/87 e Reconhecido pela Portaria nº 201, de 20/04/1989.

Finalmente, pelo parecer nº 274/81, de 10/03/81, as duas Faculdades existentes foram estruturadas em um único estabelecimento: Faculdades Integradas de Ourinhos.

A autorização do curso de Direito se deu através da Portaria nº 86 do Ministério da Educação, publicada no Diário Oficial da União nº 13, de 18 de janeiro de 2002.

Vale assim destacar que, há mais de 40 anos, as Faculdades Integradas de Ourinhos - FIO oferecem aos seus alunos ensino com excelência, capaz de desenvolvê-los em sua globalidade como cidadãos e profissionais, capazes de atuar com eficácia, eficiência na sociedade dos dias atuais e futuros.

Essa formação é desenvolvida através de atividades que possibilitam o exercício criativo inovador, a capacidade e o juízo crítico, a honestidade de princípios, a retidão de caráter e a responsabilidade.

O profissional é formado a partir do estudo das disciplinas básicas e do exercício pré-profissionalizante, além da vivência profissional em área específica ou correlata através de estágios supervisionados.

Ao docente cabe o papel de estimular o desafiador de seus alunos a partir do diálogo construtivo e da parceria conquistada como fatores de desenvolvimento humano, social e cultural.

Comprometida com a qualidade do ensino, exige-se disciplina e seriedade de seus alunos, mantendo com eles relacionamento fraterno baseado no entendimento mútuo e na compreensão das diferenças individuais que caracterizam a personalidade de cada um, cabendo-lhe favorecer a construção de conhecimentos, adaptando o que vai ser trabalhado pedagogicamente às condições que têm para aprender.

O crescimento das FIO é fruto do seu comprometimento com a educação de qualidade, a administração séria e responsável dos seus recursos e com a sua inserção regional, solidificando os cursos existentes e oferecendo novas opções a partir da identificação das necessidades regionais.

Para abrigar esse grande contingente de universitários, foi concluído, em 2008, a construção das cinco Centrais de Aulas, que contam com 85 salas de aula espaçosas, 01 Auditório para 250 pessoas, 01 Auditório para 140 pessoas, salão do juri e uma Biblioteca com 540m².

Em 2014, foi construída a Central de aulas VI, com 4.600m², destinada aos Cursos da área Biológicas. Essa construção conta com 17 salas de aulas, 01 anfiteatro e toda infra-estrutura necessária para o atendimento das necessidades de docentes e discentes.

O Hospital Veterinário das FIO, com 1554 m², é um dos mais modernos do país, abrigando laboratórios de anatomia, fisiologia, patologia, salas de cirurgia para pequenos e grandes animais, Raio X, farmácia, salas de consultas, anfiteatro e outras dependências.

Concluído também os projetos de modernização junto a Fazenda-Escola com laboratórios e cultivares e espaços para experimentos com ovinos e suínos.

As FIO procuram, com intensa atuação de seus docentes, alunos e funcionários, manter-se na vanguarda do ensino, da iniciação científica e extensão universitária. Formada por competentes funcionários e professores – a maioria composta por mestres e doutores – esse grupo, trabalhando cooperativamente, busca atingir importante objetivo: proporcionar aos seus discentes uma sólida formação, que resulte, num futuro próximo, em uma excelente condição de desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades econômicas, sociais e culturais de toda a região.

Dessa forma, a visão de futuro das FIO é a de transformar-se em um centro de excelência no estudo de diferentes áreas do saber, procurando dar, ao mesmo tempo, uma importante contribuição para aprimorar e intensificar a ligação Empresa-Universidade-Comunidade. Isso é feito aperfeiçoando a formação de seus estudantes, enriquecendo a visão dos seus docentes e proporcionando às empresas da região uma oportunidade de desenvolvimento consistente, seguro e efetivo. Atualmente, são mais de 3.200 alunos que

freqüentam seus 15 cursos de graduação, ministrados nos períodos diurno, noturno e integral.

2.2 - Inserção Regional da IES

As Faculdades Integradas de Ourinhos - FIO situa-se às margens do Km 338+400 metros da Rodovia Transbrasiliana (BR 153), no município de Ourinhos/SP, e propicia ensino universitário de qualidade aos estudantes de aproximadamente de 72 cidades do sul de São Paulo e norte do Paraná, totalizando uma população de cerca de um milhão (1.000.000) pessoas.

Visando atender às necessidades do desenvolvimento social e econômico da região atendida, atualmente as FIO oferecem 15 cursos de graduação nas diversas áreas do conhecimento, a saber: Ciências Contábeis, Educação Artística, Sistemas de Informação, **Direito**, Administração de Empresas, Enfermagem, Ciências Biológicas, Medicina Veterinária, Arquitetura e Urbanismo, Pedagogia, Agronomia, Psicologia, Farmácia, Engenharia Civil e Engenharia Elétrica. Também estão em fase de autorização os cursos de Engenharia Mecânica e Odontologia.

Além de formar profissionais para atuar nas áreas dos cursos oferecidos, a IES desenvolve atividades de extensão junto à comunidade regional, oferecendo serviços e colaborando na construção da cidadania.

2.3 - Missão da IES

A missão das FIO – Faculdades Integradas de Ourinhos, proclamada em seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, é “promover o desenvolvimento do ser humano em sua globalidade, promovendo, de forma específica, a área de administração das organizações e a educação, através da formação e aperfeiçoamento de profissionais competentes, atualizados e éticos, a transmissão e produção de conhecimentos e da prestação de serviços relevantes à sociedade em geral e à comunidade de Ourinhos”.

De acordo com estes parâmetros, as Faculdades Integradas de Ourinhos oferecem aos seus alunos um ensino com excelência, capaz de desenvolvê-los em sua globalidade como cidadãos e profissionais, capazes de

atuar com eficácia, eficiência na sociedade dos dias atuais e futuros. Essa formação é desenvolvida através de atividades que possibilitem o exercício criativo inovador, a capacidade e o juízo crítico, a honestidade de princípios, a retidão de caráter e a responsabilidade.

Ao docente cabe o papel de estimular o desafiador de seus alunos a partir do diálogo construtivo e da parceria conquistada, ambos fatores de desenvolvimento humano, social e cultural. Exige-se disciplina e seriedade de seus alunos, mantendo com eles relacionamento fraterno baseado no entendimento mútuo e na compreensão das diferenças individuais que caracterizam a personalidade de cada um, cabendo-lhe favorecer a construção de conhecimentos, adaptando o que vai ser trabalhado pedagogicamente às condições que têm para aprender.

A estrutura pedagógica dos cursos das FIO visa garantir aos discentes uma sólida formação técnico-profissional, aliada a uma indispensável formação humanística, capaz de assegurar não só o eficiente desempenho profissional, mas também de credenciá-los a enfrentar os desafios que a sociedade contemporânea, extremamente dinâmica e mutante, apresenta a cada momento.

Com o objetivo de aproximar o aluno e o mercado de trabalho e também revelar a geração de jovens que está formando, as FIO, instalaram em seu *campus*, um serviço de estágios e empregos em parceria com o CIEE – Centro de Integração Empresa Escola. Efetivamente, as FIO já realizaram convênios com organizações públicas e privadas, com demanda cada vez mais crescente.

As FIO procuram, com a atuação de seus docentes, alunos e funcionários, manter-se na vanguarda do ensino, pesquisa (iniciação científica) e extensão universitária. Formada por competentes funcionários e professores – a maioria composta por mestres e doutores – esse grupo, trabalhando cooperativamente, busca atingir um importante objetivo: proporcionar aos seus discentes uma sólida formação, que resulte, num futuro próximo, em uma excelente condição de desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades econômicas, sociais e culturais de toda a região.

Dessa forma, as FIO buscam transformar-se em um centro de excelência no estudo de diferentes áreas do saber, procurando dar, ao mesmo tempo, uma importante contribuição para aprimorar e intensificar a ligação

Empresa-Universidade-Comunidade. Isso é feito aperfeiçoando-se a formação de seus estudantes, enriquecendo a visão dos seus docentes e proporcionando às empresas da região uma oportunidade de desenvolvimento consistente, seguro e efetivo.

2.4 - Áreas de Atuação da Instituição de Ensino

As FIO oferece cursos de graduação, pós-graduação *lato sensu* e de extensão, além de trabalhar com projetos de iniciação científica e de extensão. Nesses cursos e projetos, busca articular o ensino, a investigação e a extensão.

Na graduação, a Instituição oferece atualmente 2.000 vagas anuais, distribuídas da seguinte forma:

- Ciências Contábeis: 80 vagas noturno
- Educação Artística: 75 vagas noturno
- Sistemas de Informação: 50 vagas noturno e 50 vagas diurno
- **Direito: 100 vagas noturno e 50 vagas diurno**
- Administração de Empresas: 180 vagas noturno e 45 diurno.
- Enfermagem: 100 vagas
- Ciências Biológicas: 100 vagas noturno e 50 vagas diurno
- Medicina Veterinária: 100 vagas Integral
- Arquitetura e Urbanismo: 60 vagas noturno e 60 vagas diurno
- Pedagogia: 150 vagas noturno e 150 vagas diurno
- Agronomia: 100 vagas Integral
- Psicologia: 50 vagas noturno e 50 vagas diurno
- Farmácia: 150 vagas noturno e 50 vagas diurno;
- Engenharia Civil: 50 vagas noturno e 50 vagas diurno
- Engenharia Elétrica: 50 vagas noturno e 50 vagas diurno

Estão em processo de reconhecimento junto ao MEC os cursos de Engenharia Mecânica e Odontologia.

As Faculdades Integradas de Ourinhos contam ainda com um departamento exclusivo para a gestão de Cursos de Extensão.

Estes cursos são elaborados pelos professores da instituição, que buscam em suas propostas proporcionar aos interessados uma visão estendida dos saberes abordados em cada área de conhecimento da graduação.

As fronteiras do aprendizado ultrapassam os limites da faculdade uma vez que estes cursos de extensão além de atender a comunidade acadêmica, também são oferecidos para a comunidade externa trazendo assim um benefício cultural para diversas cidades no entorno de nosso espaço acadêmico.

2.5. CIC- Congresso de Iniciação Científica das FIO

O CIC- Congresso de Iniciação Científica das FIO – Faculdades Integradas de Ourinhos, identifica-se como um evento anual previsto no catálogo institucional que, no ano de 2014, encontra-se em sua 13ª edição. O evento permite introduzir os estudantes na pesquisa científica e, neste sentido, as FIO emprega esforços na certeza de que tal instrumento contribui enormemente para a etapa fundamental voltada à formação de novos pesquisadores, pois tal formação constitui-se como objeto de desejo de todo e qualquer estudante em nível de graduação.

Desta forma, a contribuição do evento proporciona, na prática, o primeiro momento da carreira acadêmica em que o aluno entra em contato direto com aplicação dos conceitos e aprendizagens discutidos durante o curso, finalizando um ciclo de aprendizagem voltada à aplicação de métodos e técnicas científicas.

Além disso, o evento anual direciona para a possibilidade de sociabilizar o convívio e um maior contato entre professores e alunos, proporcionando desde cedo uma maior interação do discente junto à atividade científica e desta forma, contribui para engajá-lo em uma linha de pesquisa.

Por meio da editoração dos ANAIS (com ISSN 2176-378X), o qual contém os Resumos de todos os trabalhos apresentados, assim como, a publicação dos artigos na íntegra, editados em um CD, que na 10ª edição (ano de 2011) recebeu registro ISBN 978-85-7917-187-1 (publicado também em www.fio.edu.br/cic), o CIC- Congresso de Iniciação Científica das FIO caracteriza-se como instrumento de apoio teórico e metodológico à realização

de projetos de pesquisa e constitui um canal adequado de auxílio para a formação de novas condutas de aprendizagem no aluno, direcionando-o para o ciclo “aprender a aprender”, trazendo maior autonomia e maior capacidade de iniciativa em atividades discentes. Desta maneira, o evento identifica-se também como um instrumento de formação.

Os objetivos específicos do Congresso estão voltados para:

- Institucionalizar a pesquisa na cidade de Ourinhos e região;
- Despertar no aluno o interesse pela pesquisa científica;
- Estimular o aumento da produção científica;
- Estimular professores e pesquisadores a engajarem estudantes de graduação e de pós-graduação no processo acadêmico, otimizando a capacidade de orientação e produção de pesquisa na instituição;
- Estimular o envolvimento de possíveis novos pesquisadores na atividade de formação;
- Despertar vocação científica e incentivar talentos potenciais entre estudantes, mediante sua participação em projetos de pesquisa, introduzindo o jovem no domínio do método científico;
- Contribuir para a integração da equipe docente/discente e
- Auxiliar no processo de avaliação de trabalhos de conclusão de curso (TCCs) das FIO.

Assim, o CIC- Congresso de Iniciação Científica das Faculdades Integradas de Ourinhos está aberto à participação de estudantes de graduação, pós-graduação e professores de quaisquer Instituições de Ensino Superior ou Médio, promovendo a integração, assim como o intercâmbio cultural e científico da região do sudoeste do estado de São Paulo e norte pioneiro do estado do Paraná.

2.6 – Articulação entre o Plano de Desenvolvimento Institucional e o Projeto Pedagógico do Curso

O Projeto Pedagógico do Curso de Direito, inspirado nas Diretrizes Curriculares Nacionais, está também fundamentado no Plano de Desenvolvimento Institucional, integrado ao contexto da FIO a partir da efetivação dos fundamentos filosóficos, pedagógicos e metodológicos.

Consolida a missão e a visão da Instituição em termos de presente e futuro compondo-se de ações que se realizam no ensino, na iniciação científica e na extensão com docentes e discentes do curso.

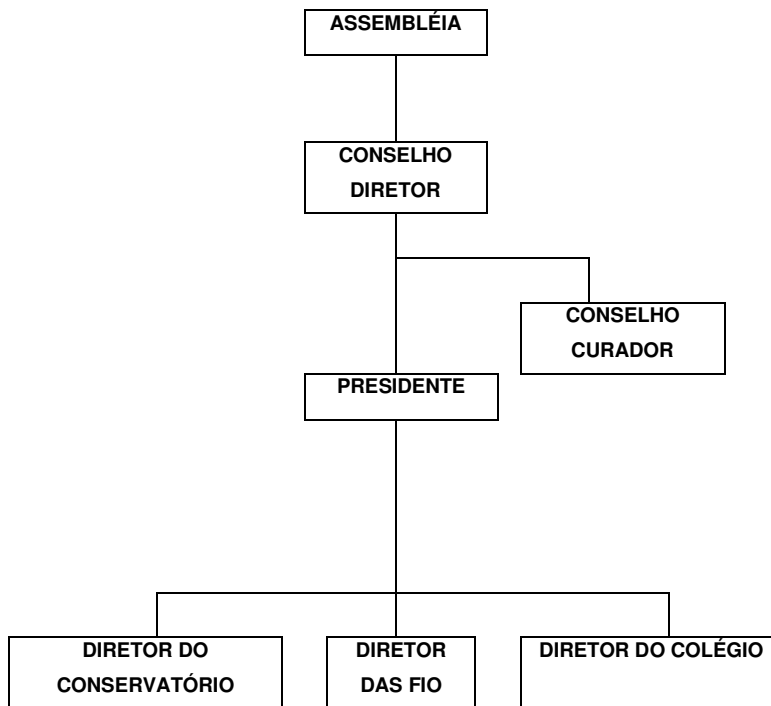
2.7 - Organização Acadêmica e Administrativa

A FIO adota o sistema de gestão democrática e participativa. Nos assuntos que demandam recursos financeiros, as decisões ficam sujeitas à homologação da Entidade Mantenedora. Conforme previsto em seu Regimento.

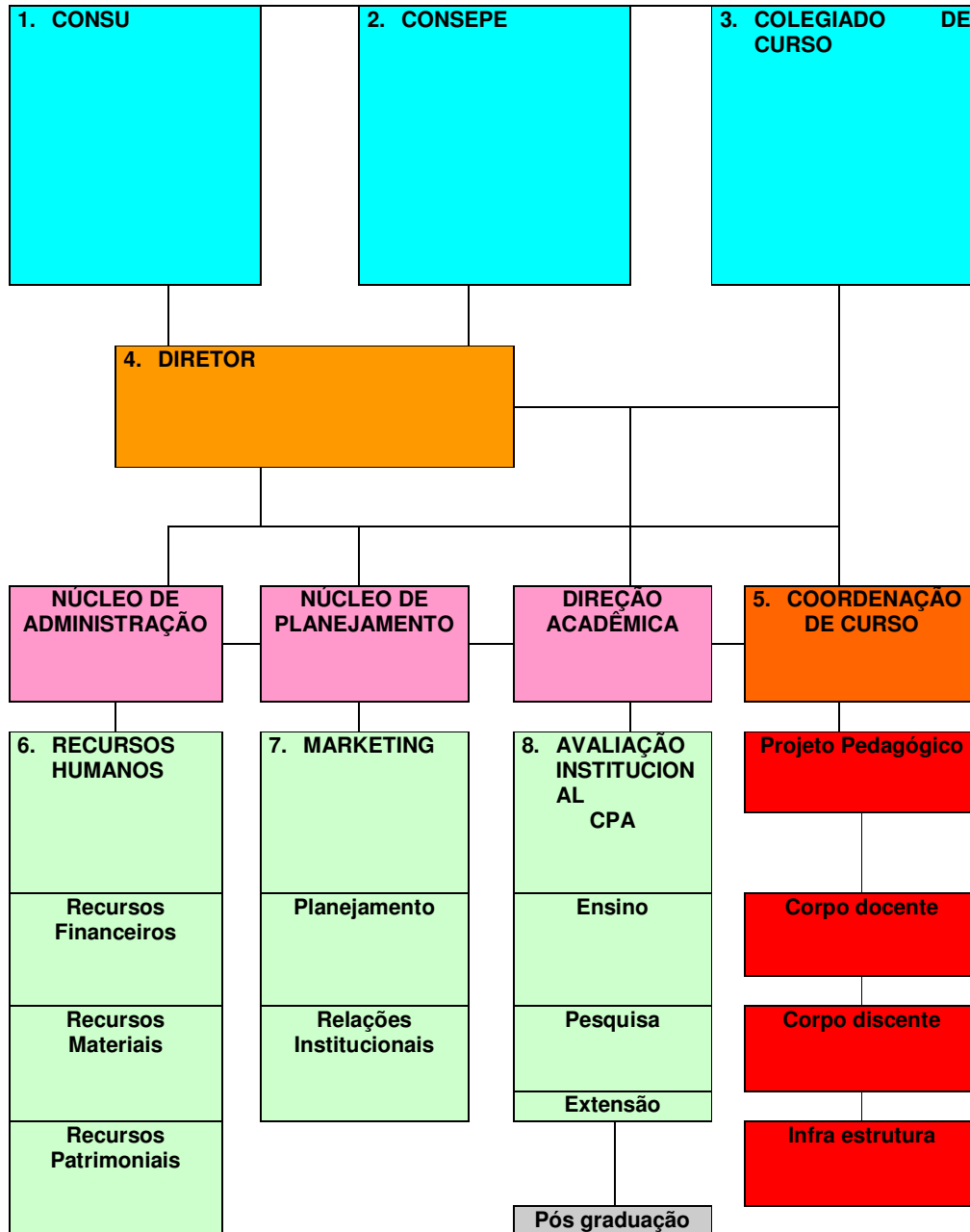
As Faculdades Integradas de Ourinhos têm por objetivos permanentes:

- desenvolver ensino de qualidade que possibilita a construção interativa do conhecimento;
- promover a iniciação científica nos vários domínios que constituem objeto de seu ensino, tendo em vista a realidade brasileira e problemas regionais ligados às suas áreas de estudos;
- integrar a Faculdade ao seu ambiente externo através de atividades de extensão que garantam a troca e aperfeiçoamento contínuos de ambos;
- contribuir para o aprimoramento da cultura e da educação na região e no município;
- formar profissionais destinados às atividades no âmbito das áreas ministradas;
- possibilitar a integração do homem na sociedade do futuro, utilizando os recursos da tecnologia e do marketing educacionais e empresariais;
- desenvolver processo de avaliação institucional capaz de contribuir para o seu aperfeiçoamento;
- possibilitar uma gestão participativa nas decisões organizacionais.

Apresenta-se a seguir a estrutura organizacional da Fundação Educacional “Miguel Mofarrej”:



As Faculdades Integradas de Ourinhos têm a estrutura organizacional abaixo retratada, caminhando para uma organização matricial a partir do ano 2003.



A composição e competências dos órgãos colegiados das FIO estão previstas dos artigos 5º a 20 do seu Regimento.

2.8 - Autonomia da IES em relação à Mantenedora

As Faculdades Integradas de Ourinhos é mantida pela Fundação Educacional Miguel Mofarrej que a provê com recursos levantados através das mensalidades dos discentes.

A Mantenedora é responsável pelas Faculdades perante as autoridades públicas e o público em geral, incumbido-lhe tomar as medidas necessárias ao seu bom funcionamento, respeitados os limites da Lei e do Regimento, a liberdade acadêmica dos corpos docente e discente e a autoridade própria de seus órgãos deliberativos e executivos e a sua autonomia didático-científica.

2.9 – Serviços de Atendimento ao Discente

No limite de suas possibilidades técnicas e financeiras e observadas sua finalidade e programação específicas, as FIO procura prestar aos discentes o atendimento necessário à sua realização como pessoa e oferecer-lhes as condições básicas indispensáveis ao seu encaminhamento para a formação como profissionais capazes de inserção no mundo do trabalho.

São programas de apoio discente em pleno funcionamento na IES:

O Núcleo de Apoio Psicopedagógico – NAP das FIO que é um espaço institucional que se preocupa com a melhoria das condições de aprendizagem, visando transformar conhecimentos em saberes, a partir da integração entre docentes e discentes em seus vínculos e diferentes estilos de aprender. O programa, ao estimular a manutenção de uma relação acadêmica mais próxima com as Coordenadorias dos Cursos, favorece os processos de aprendizagem nos diferentes espaços pedagógicos institucionais.

O Programa de Acompanhamento do aluno, através de avaliações periódicas nas disciplinas. Sempre que a avaliação detectar dificuldades de aproveitamento, integração ao grupo e ao curso, o aluno será orientado e encaminhado pelo coordenador do curso para o **Programa de Nivelamento**, estruturado em função das necessidades apresentadas e supervisionado por um docente do curso.

As **atividades de extensão**, consideradas duas vertentes:

- a da organização e participação em cursos, congressos, palestras e outros eventos de natureza científica e cultural vinculadas à formação do profissional, incluídas nas atividades complementares e,

- a de desenvolvimento de ações de prestação de serviços à comunidade, nos projetos de estágio, nos intercâmbios com outros cursos das FIO e com outras instituições.

A FIO oferece à comunidade acadêmica um **serviço de Ouvidoria** que funciona como um elo entre a comunidade – acadêmica ou externa – e as instâncias administrativas da Faculdade visando agilizar a administração e aperfeiçoar a democracia.

A **Ouvidoria** das FIO tem como objetivos:

- I – assegurar a participação da comunidade na Instituição, para promover a melhoria das atividades desenvolvidas; e

- II – reunir informações sobre diversos aspectos da Faculdade, com fim de contribuir para gestão institucional.

Na Ouvidoria, as pessoas são atendidas pessoalmente ou por telefone, de segundas a sextas-feiras, no turnos da tarde e noite, ou ainda por e-mail e através do formulário *on line*, disponível no site da FIO na internet, durante 24 horas, todos os dias.

O **Programa de Acompanhamento dos Egressos** das FIO foi implantado com o intuito de manter intercâmbio com os egressos de seus cursos. Com a participação dos egressos, é possível verificar a situação atual dos ex-alunos, bem como, mantê-los informados sobre eventos: científicos, culturais, esportivos e de lazer.

O Programa visa promover a educação continuada, posicionar o profissional formado pelas FIO no mercado, bem como, subsidiar as coordenações de cursos e outros departamentos com a análise de informações repassadas pelos egressos quanto a organização didático-pedagógica, a infraestrutura e o corpo docente.

Convicto da importância da participação de todos os egressos neste Programa foi montado um banco de dados que é atualizado constantemente, servindo de base para o planejamento de ações para aprimorar a qualidade de ensino dos cursos da Instituição.

O Programa de Acompanhamento dos Egressos das FIO tem como principais objetivos:

- Oferecer aos egressos oportunidade de continuar vinculados as FIO usufruindo de seus serviços favorecendo sua formação continuada, bem como, propiciar o contato e troca de informações entre os profissionais que aqui se formaram;
- Desenvolver meios para a avaliação e adequação dos currículos dos cursos, por meio do feedback dos ex-alunos;
- Reintegrar o egresso, por meio de intercâmbios profissionais, culturais, esportivos e sociais promover cursos de complementação da formação geral dos egressos;
- Envolver os egressos em pesquisas de interesse das FIO e da comunidade, organizando debates, conferências, mesas-redondas, seminários, simpósios, etc.
- Facilitar acesso à pesquisa recentes na área de formação ou de interesse do egresso;
- Desenvolver atividades de educação à distância, com a finalidade de atender às demandas da sociedade, possibilitando expansão do ensino, da pesquisa e da extensão;
- Propiciar o cadastramento dos principais empregadores dos nossos egressos;
- Propor eventos e criação de cursos *lato sensu* com temas de interesse;
- Promover atividades culturais e de lazer, como forma de integrar os membros da comunidade acadêmica e os egressos;
- Fortalecer as relações de amizade, colaboração, solidariedade entre os ex-alunos, alunos, docentes e a comunidade;
- Dispor de informações atualizadas dos nossos ex-alunos, objetivando informá-los sobre eventos, cursos, atividades e oportunidades oferecidas pela Instituição.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO DE DIREITO

3.1 Designação

O curso é designado como Direito, conferindo ao formando o título de Bacharel em Direito.

3.2 Inserção Regional

Em 1999, foi realizado em Ourinhos o 1º Fórum de Desenvolvimento do Vale do Paranapanema. Diversos prefeitos da região e autoridades estaduais participaram do evento.

Entre as principais preocupações apontadas encontravam-se a proteção ambiental, as relações de consumo, as questões agrárias e as relações comerciais do Mercosul.

Naquele momento, era importante observar a escassez dos cursos de Direito oferecidos na região. Entre as cidades mais próximas do Estado de São Paulo que oferecem o referido curso encontravam-se as cidades de Marília e de Bauru, localizadas a 90 Km e a 130 Km de Ourinhos, respectivamente. Isso fazia com que os residentes nessa região tivessem que se deslocar por grandes distâncias em ônibus, especialmente no período noturno.

Além do risco inerente ao trânsito, as longas viagens representavam um custo para os estudantes e para as prefeituras, pois diariamente diversos ônibus se dirigiam para as referidas cidades, trafegando por rodovias mal conservadas.

Diante disso, o curso de Direito das FIO, que iniciou suas atividades em 2002, representou a satisfação dessas necessidades na região do Vale do Paranapanema, abrangendo aproximadamente 35 (trinta e cinco) cidades entre os estados de São Paulo e do Paraná, totalizando cerca de 1.000.000 (um milhão) habitantes.

Através do estabelecimento de parcerias, o curso de Direito das FIO também tem oferecido cursos de especialização para os profissionais jurídicos que atuam nas Comarcas da região, propiciando atualização e capacitação para o exercício das suas atividades.

Destarte, o curso de Direito das Faculdades Integradas de Ourinhos tem contribuído para o desenvolvimento da região sul do Estado de São Paulo e norte do Estado do Paraná, capacitando profissionais na área do Direito e promovendo o exercício da cidadania.

3.3 Ato de Autorização

O curso de Direito das FIO foi autorizado pela Portaria nº 86, de 16 de janeiro de 2002, do Ministério da Educação, publicada no Diário Oficial da União nº 13, de 18 de janeiro de 2002.

Em 2006, através da Portaria nº 293, de 23 de junho, publicada no Diário Oficial da União nº 122, de 28 de junho de 2006, ocorreu o ato de reconhecimento do Curso, com 300 vagas anuais (150 por semestre).

Por fim, através da Portaria nº 608, de 19 de novembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 225, de 20 de novembro de 2013, o Ministério da Educação e Cultura renovou o reconhecimento do Curso de Direito das FIO.

3.4 Visão

Contribuir com a formação global dos acadêmicos, humanística, crítica e axiológica, de modo que se tornem profissionais éticos inseridos na sociedade em que atuam e com o desenvolvimento de habilidades necessárias ao aperfeiçoamento das ciências jurídicas e das boas práticas da atividade jurisdicional.

3.5 Missão

O Curso de Direito das Faculdades Integradas de Ourinhos tem como missão assegurar aos acadêmicos uma sólida formação geral, humanística e axiológica, com capacidade de análise e domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, aliada a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e

dinâmica, indispensável ao exercício da Ciência do Direito, da prestação da Justiça e do desenvolvimento da cidadania.

3.6 Valores

Para orientar sua ação, alguns valores são indispensáveis e já estão filosoficamente estabelecidos:

- busca permanente do saber, possibilitando a construção constante e interativa do conhecimento;
- abordagem e postura sistêmicas;
- respeito à verdade;
- respeito à dignidade, às diferenças e à integridade das pessoas;
- compromisso de convivência com a diversidade;
- investimento na capacidade das pessoas como agentes de transformação social, contribuindo para a concretização dos ideais democráticos;
- incentivo e apoio à criatividade e à inovação;
- desenvolvimento de parcerias comprometidas;
- melhoria contínua na busca da excelência;
- exercício permanente da Ética e da responsabilidade;
- incentivo à pesquisa nos vários domínios que constituem objeto do conhecimento, tendo em vista a realidade brasileira e, sobretudo, os problemas regionais e locais, como instrumento a viabilizar a solução dos problemas;
- aperfeiçoamento contínuo e ininterrupto;
- incentivo à cultura em geral.

3.7 Objetivos

3.7.1. Objetivos Gerais

Como objetivo geral do curso de Direito das FIO indica-se a formação humanística do aluno e do futuro profissional e a demonstração da

necessidade de que o mesmo esteja inserido em seu meio social como agente transformador da sociedade. Além disso, seguindo essa consciência social, o Curso de Direito das FIO busca dar ao aluno uma formação ética adequada, preparando-o para o exercício profissional altamente qualificado em todas as carreiras jurídicas.

Em consonância com a Resolução CNE/CES nº 09/2004 e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), o Curso de Direito das FIO tem por objetivo assegurar aos acadêmicos uma sólida formação geral, humanística e axiológica, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, aliada a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício da Ciência do Direito, da prestação da Justiça e do desenvolvimento da cidadania.

3.7.2. Objetivos Específicos

Os objetivos específicos deste curso de direito são:

- Viabilizar a implementação da Resolução CES 09/2004, da LDBEN 9.394/96, e demais legislações pertinentes, tudo em sintonia com a missão das FIO.
- Formar bacharéis aptos ao desempenho de qualquer atividade profissional afeta ao Direito, tanto carreiras públicas quanto privadas, para atender ao contexto político, econômico e social contemporâneo, às necessidades regionais e locais, e também brasileiras.
- Viabilizar a capacidade de reflexão crítica do direito posto, propondo alternativas pluralistas e inclusivas.
- Valorizar o Núcleo de Prática Jurídica, onde docentes e discentes se encontraram para o exercício da prática profissional do bacharel em Direito, integrando essa modalidade a outras atividades práticas, que estimulem e demonstrem ao acadêmicos outras perspectivas de atuação profissional e outras carreiras jurídicas.

- Comprometer eticamente para atendimento à comunidade menos favorecida, em sintonia a uma nova ordem social democrática, solidária, comunitária, justa e participativa.
- Propiciar trabalho integrado dos diversos atores institucionais na construção de um curso de Direito cujo perfil seja sempre adequado às demandas da comunidade na qual o mesmo está inserido, sem descuidar ao mesmo tempo de demandas regionais e nacionais.
- Articular ensino, pesquisa e extensão em todos os níveis.
- Investir permanentemente em recursos, espaços, equipamentos e biblioteca, por meio do estabelecimento de Convênios com os órgãos de fomento estaduais e federais.
- Atualizar e debater temas jurídicos pela realização de semanas jurídicas, e pelo estímulo aos acadêmicos e docentes para participação em congressos, encontros e simpósios, principalmente quando houver apresentação de trabalho por parte do pretendente.
- Incentivar a produção científica dos docentes bem como a sua contínua capacitação.
- Avaliar-se e reavaliar-se, por meio de um processo de auto-avaliação institucional encarado como prática permanente.
- Estabelecer convênios com outras IES para a criação de redes de conhecimento e o favorecimento de ações conjuntas.
- Criar espaços para a participação dos discentes, pela implementação de modelos de gestão participativa.

3.8 Regime Escolar e Duração do Curso

O curso está organizado em regime seriado semestral e se organiza em 10 semestres letivos, com carga horária total de 4.336 horas, em regime presencial.

O calendário escolar está previsto para, no mínimo, 200 (duzentos) dias letivos anuais, de conformidade com a legislação atinente e o Regimento Escolar.

O tempo mínimo de integralização do curso é de 05 (cinco) anos e o máximo de 08 (oito) anos.

3.9 Número de Vagas/Turmas/Turnos

O curso oferecerá 150 (cento e cinquenta) vagas por semestre, sendo 100 (cem) vagas para o turno noturno e 50 (cinquenta) vagas para o turno diurno.

Os turnos de funcionamento são o diurno e o noturno, podendo-se utilizar, em caso de necessidade eventual, outros horários.

3.10 Formas de Ingresso

Em conformidade com o Regimento em vigor, temos distintas formas de ingresso no Curso de graduação:

- Processo seletivo - É aberto a todos aqueles que tenham concluído o ensino médio ou equivalente, conforme preconizado no art. 44, II da LDB, e que forem aprovados em processo seletivo. Têm por objetivo verificar a aptidão intelectual dos candidatos, abrange conhecimentos comuns ao ensino médio. Os candidatos são convocados através de edital e os exames são realizados pela própria IES. A classificação é realizada pela ordem decrescente dos resultados obtidos, sem ultrapassar o limite de vagas fixado, excluídos os candidatos que não obtiverem os níveis mínimos estabelecidos;
- Obter novo título - tendo-se vagas iniciais remanescentes no curso podem ser efetuadas matrícula de ingresso de portadores de diploma de curso superior, para obter novo título, observadas as normas e o limite das vagas do curso oferecido. As vagas ficam disponibilizadas após o processo seletivo em edital com regulamentação própria;
- ENEM - a IES utiliza os resultados do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), realizado pelo INEP, ao qual os alunos egressos do ensino médio poderão submeter-se voluntariamente. Abrange o conteúdo estudado em todo o ensino médio, através de questões que procuram integrar as várias disciplinas do currículo escolar, tentando

identificar os processos cognitivos de reflexão e habilidades intelectuais adquiridos pelos alunos. Do total de vagas oferecidas pela IES nos processos seletivos, tem-se vagas destinadas aos alunos que queiram concorrer com as notas do ENEM;

- Transferência externa - a transferência de aluno de outra IES para prosseguimento de estudos do mesmo curso é dada mediante existência de vaga e processo de seleção ou aprovação pelo Conselho acadêmico, após estudo de caso.

4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

4.1 - Concepção do Curso

O Projeto Pedagógico ora apresentado, que faz a adequação do antigo projeto às novas concepções do MEC, busca habilitar profissionais comprometidos e preparados para o desempenho das funções que podem ser ocupadas pelos bacharéis em Direito, em todos os âmbitos, nas áreas pertinentes a especificidades do Direito, em macro-contexto de globalização que passa a exigir da Academia saberes não fragmentados, mas integrativos de vários outros saberes.

Isso implica que o projeto didático-pedagógico tenha por pressuposto algumas atitudes e indicadores basilares:

(a) A vinculação à legislação pertinente ao ensino jurídico e ao ensino superior (LDB 9.394/96), Novas Diretrizes e Bases do Ensino de Ciências Jurídicas (Resolução CNE/CES nº 09/2004), Diretrizes Curriculares Nacionais e aos Padrões de Qualidade – MEC/SESU, bem como aos documentos pertinentes à identidade e a missão das Faculdades Integradas de Ourinhos (FIO);

(b) A inserção no currículo de disciplinas básicas fundamentais, profissionalizantes e formativas com caráter interdisciplinar;

(c) A inserção de cursos optativos e complementares de curta duração, de caráter técnico-jurídico e crítico-reflexivos, de modo a atender as significativas questões da contemporaneidade;

(d) A formação centrada na valorização dos direitos humanos e na eficácia dos direitos fundamentais, construindo profissional cuja formação valorize o direito constitucional, em todas as ações do curso, inclusive naquelas que envolverem disciplinas dogmaticamente vinculadas ao direito privado;

(e) Qualificação adequada e comprovada competência por parte dos docentes responsáveis;

(f) A participação de toda a comunidade acadêmica na reflexão, análise, diagnóstico e elaboração do Projeto Pedagógico;

Foi considerado com especial atenção o disposto pelo artigo 43 da LDB n. 9.394/96, ao preceituar que “a educação superior terá de estimular a criação

cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo”, bem como “incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica”; “prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade”; “promover a extensão.”

Para tanto o curso de Direito, em sua nova concepção político-pedagógica, respeita em sentido estrito a missão das FIO, consignada no seu primeiro PDI, e que consiste na produção do conhecimento científico nas suas mais diversas formas, e no processo de desenvolvimento regional e do Estado de São Paulo, com participação ativa na formação de cidadãos integrais, buscando a melhoria na qualidade de vida, promovendo a democracia, e o desenvolvimento sócio-econômico.

Nesse sentido vale dizer que a nova concepção do curso de Direito emerge de princípios basilares de valorização de uma formação crítica, capaz de refletir de forma integrada processos econômicos, históricos, axiológicos e sociais, entre outros.

Miguel Reale afirmaria que:

A busca do essencial e do concreto surge, assim, como uma exigência indeclinável dos novos tempos. Há um chamado vivo para a Filosofia do Direito, porque está em jogo o destino mesmo das hierarquias axiológicas de cuja estabilidade os códigos eram ou ainda se pretende sejam reflexos. No incessante renovar-se das normas jurídicas, o direito que se quer ou que se espera, passa a ganhar terreno sobre o direito que se tem e que se ama. Uma atitude inquieta de ‘jure condendo’ prevalece sobre as tranqüilas ponderações de ‘jure condito’ de sorte que a Ciência do Direito toda ela está imersa na problemática do futuro, o que quer dizer do destino humano, em geral; donde a impossibilidade de uma Ciência Jurídica ausente, distante dos conflitos que se operam no mundo dos valores e dos fatos.

O objetivo precípua deste curso e seu diferencial consistem no desenvolvimento da capacidade crítica de pensar mudanças, estimulando a capacidade criativa do acadêmico, como elemento inserido no papel de construir uma sociedade progressivamente mais justa, livre e solidária, capaz de promover uma reflexão crítica das estruturas fundamentais do Direito, concebidas em uma ordem de inclusões e exclusões sociais, e a valorização permanente, como diretriz transdisciplinar, do direito constitucional e dos direitos humanos fundamentais.

4.2 - Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, nos termos da Lei Nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP Nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP Nº 3/2004.

O Componente curricular “Relações Étnico-Raciais e afrodescendentes”, está contemplado na matriz curricular do curso, ressaltando a grande importância humanística e de relações humanas pelas quais esta temática contribui na formação do aluno e do cidadão.

Além da temática ser desenvolvida na disciplina de “Antropologia e História do Direito”, é oferecida em caráter de disciplina optativa aos discentes.

A disciplina Relações Étnico-Raciais e Afrodescendentes tem como conteúdo a ser abordado os seguintes itens: a história da antropologia; o colonialismo; arqueologia; o fazer antropológico; etnografia; cultura; estudos culturais; linguagem; família e parentesco; gênero; sexo e sexualidade; religião; etnia e raça, relações Étnico-Raciais, ensino de história e cultura afro brasileira, africana e indígena.

4.3. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP Nº 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP Nº 1, de 30/05/2012.

O PPC do curso atende de forma plena a educação em Direitos Humanos. A disciplina de “Direitos Humanos Fundamentais” integra a grade curricular do 2º Termo do Curso e tem como conteúdo a ser abordado os seguintes itens: Direitos humanos e sua evolução histórica: precedentes doutrinários e legislativos. Previsão normativa e proteção internacional: sistemas global e regionais. Direito Humanitário. Direitos Humanos e proteção nacional: incorporação e federalização. Principais documentos internacionais de proteção aos direitos humanos de que o Brasil faz parte.

4.4 - Educação Ambiental

Nas Faculdades Integradas de Ourinhos, as ações relacionadas à educação ambiental acontecem de três formas: dentro das disciplinas curriculares específicas, ações de extensão comunitária e ações genéricas no campus.

Ações em Disciplinas Curriculares Específicas

O Curso de Direito contempla em sua grade curricular a disciplina de Direito Ambiental e Agrário, com carga horária de 40 horas e o seguinte conteúdo programático: Noções básicas de direito ambiental: conceitos e fontes; Princípios fundamentais do Direito Ambiental; Repartição de competências para legislar em matéria ambiental; A Política Nacional do Meio Ambiente; Responsabilização ambiental; Introdução ao estudo do Direito Agrário: conceito origens, objeto, fontes e princípios; O Estatuto da Terra; Institutos básicos do Direito Agrário; A Função Social da Propriedade e a Função Social da Propriedade Rural; Contratos Agrários.

Denotando a preocupação institucional com o meio ambiente, ainda há que se destacar as ações dentro de disciplinas curriculares específicas de outros cursos de graduação oferecidos pelas FIO, destacando-se as disciplinas Educação Ambiental e Paisagismo IV, respectivamente, dos cursos de Ciências Biológicas e Arquitetura e, Gestão Integrada e Desenvolvimento Sustentável na matriz de Administração. Estas duas últimas disciplinas oferecidas na forma de disciplina optativa.

Nestas disciplinas, são trabalhados diversos aspectos ambientais, envolvendo não apenas a educação ambiental mas também temas específicos envolvidos com a temática de cada curso.

Nas disciplinas do curso de Administração são trabalhados aspectos ambientais dentro da gestão e ética empresariais além da governança corporativa.

Na arquitetura, são trabalhados aspectos da avaliação de impactos ambientais na vizinhança onde os impactos de um projeto arquitetônico para seu entorno são avaliados ainda na fase de projeto de forma a permitir decisões adequadas sobre a implantação real do projeto e suas medidas mitigadoras.

No curso de Ciências Biológicas, são trabalhados não apenas os aspectos didáticos da implantação de ações ambientais mas também o diagnóstico das necessidades locais, a elaboração de projetos que atendam a tais demandas e a avaliação dos resultados de projetos realizados. Neste último curso, os alunos são levados a conhecer, de fato, diversas realidades por meio de visitas técnicas previstas na matriz curricular.

No curso de Farmácia, apesar de não possuir disciplina específica, são tratados aspectos da gestão de resíduos dos serviços de saúde em alguns momentos da disciplina de Estágio em Análises Clínicas do último ano do curso.

Tem-se ainda disciplinas do curso de especialização em Gestão Ambiental e de Análises Clínicas das FIO que também trabalham a educação ambiental. Nas Análises Clínicas também é trabalhado conteúdo sobre a gestão de resíduos dos serviços de saúde e, em especial, o hospitalar enquanto que, na matriz de especialização em Gestão Ambiental/ FIO várias disciplinas abordam a educação ambiental como a própria disciplina de Avaliação de Impactos Ambientais entre outras.

Por fim, é importante destacar que diversos trabalhos de conclusão de curso (TCC) de acadêmicos das FIO têm como foco aspectos ambientais, além da própria educação ambiental.

Ações de Extensão Comunitária

Neste contexto várias ações são desenvolvidas pelas FIO. Primeiramente, destacam-se os cursos de extensão comunitária oferecidos pelas FIO com foco direto ou indireto nas questões ambientais. Cursos de extensão como o de Avaliação de Impactos Ambientais; de Caracterização de Vegetação para fins de Licenciamento Ambiental; de Entomologia Aplicada são exemplos de cursos voltados para as questões ambientais técnicas e também de educação ambiental.

As Faculdades oferecem ainda projetos rotineiros que contemplam a educação ambiental. Salientam-se as conferências do Comitê de Bacia Hidrográfica do Alto Paranapanema que se realizam nas dependências da IES anualmente. Estas reuniões são públicas e assim, além dos representantes

das várias cidades da região que compõem o comitê, toda a comunidade é convidada a participar.

Coincidindo com a reunião anual do comitê de bacia hidrográfica, realiza-se anualmente o evento Semana da Água, sob coordenação do curso de Ciências Biológicas. Neste evento, toda a comunidade é convidada a participar e especialmente, alunos e professores da rede municipal de ensino de Ourinhos e região. Na última edição, foi realizada gincana ambiental com a participação de cerca de 150 alunos e professores da rede municipal de ensino de Ourinhos.

Anualmente, ocorrem ainda as Semanas de Estudo de cada curso de graduação da IES. Apesar de ser um evento voltado para a comunidade acadêmica das FIO, toda a comunidade de Ourinhos e região é convidada a participar das atividades propostas (cursos, minicursos e palestras). Neste contexto, salienta-se que na última edição da Semana de Estudos da Farmácia, houve um minicurso sobre Gestão de Resíduos dos Serviços de Saúde. Tem-se ainda que, nas várias edições da Semana de Estudos da Biologia são trazidos cursos e palestras sobre várias questões ambientais e não apenas da educação ambiental.

Além das atividades de cada semana de estudos, também deve ser destacado que, em diversas datas comemorativas, o curso de Ciências Biológicas/ FIO promove palestras sobre temas ambientais específicos como o uso racional da água em comemoração ao dia internacional da água e uso racional de veículos no dia da carona. Em outras datas como o dia do Biólogo e a entrada da primavera são, comumente, oferecidas palestras para a comunidade acadêmica das FIO e de Ourinhos e região.

Por último, destaca-se o projeto Conhecimentos Gerais desenvolvido junto aos acadêmicos dos últimos anos dos cursos de graduação das FIO. Neste projeto, vários temas são abordados na forma de palestras. Alguns dos temas são democracia e sociedade, cidadania, redes sociais, artes e música, políticas públicas, conflitos no mundo além da própria educação ambiental.

Ações Genéricas no Campus

A IES contempla as questões ambientais em suas práticas administrativas. Exemplos desta preocupação é o fato da IES dispor de uma

estação de tratamento de esgoto própria que atende a todo o esgoto gerado nas dependências do campus de forma a lançar efluente tratado em corpo receptor no entorno do *campus*.

Coletores seletivos para os resíduos sólidos gerados no campus, o uso de lâmpadas fluorescentes em todas as salas de aula, corredores, laboratórios e dependências administrativas de forma a minimizar o uso de energia elétrica e o uso de torneiras automáticas de pressão em todos os sanitários do campus gerando um menor uso de água são exemplos das práticas ambientais administrativas desenvolvidas no campus das FIO.

Mesmo com todas as ações já realizadas, entende-se que um projeto mais aprofundado poderia contribuir ainda mais para a gestão ambiental no campus das FIO e agregar valor à IES e à formação acadêmica de seus alunos. Assim, as FIO tem uma proposta de implantação de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA).

Os focos do SGA são: o atendimento à legislação ambiental aplicável; a prevenção ao invés da correção; o planejamento de atividades, produtos e processos; o estabelecimento de critérios; a coordenação e integração com outros Sistemas de Gestão da empresa; o monitoramento; a melhoria contínua; a auto avaliação e as auditorias.

Não se pretende a implantação, num primeiro momento, da norma NBR ISO 14.001:2004 (sistema de gestão ambiental) mas tal norma será adotada como modelo de desenvolvimento das ações para implantação de plano de ação pelas Faculdades Integradas de Ourinhos/ FIO.

Os componentes principais da norma NBR ISO 14001:2004 podem ser assim relacionados:

- A sistematização de processos leva ao esclarecimento quanto às responsabilidades e ao modo de execução e controles além de minimizar impactos;
- A identificação dos recursos necessários assim como seu provimento asseguram equipamentos, softwares, instalações e recursos humanos adequados;
- A execução dos processos conforme especificado asseguram que a produção ocorra em condições controladas e com resultados previsíveis com menores impactos ambientais;

- O monitoramento, a medição e a análise dos resultados promove um gerenciamento com base em informações e subsídios para ações de correção e melhoria;
- A melhoria contínua do sistema leva a uma redução na ocorrência de não conformidades, a redução do risco de acidentes e de sanções legais além do aumento contínuo da satisfação dos stakeholders.

Atendendo-se ao item 1, exposto acima, temos o diagnóstico das áreas geradoras de resíduos no campus. Assim, temos: salas de aula, corredores, biblioteca, auditórios, sanitários, salas de docentes e coordenadores, secretarias, diretoria e dependências anexas, pousada dos professores, laboratórios, hospital veterinário, fazenda e horta, veículos da frota da IES, jardins, ruas e oficina de manutenção.

Todas estas dependências geram resíduos, efluentes ou emissões sendo alguns resíduos recicláveis, outros não recicláveis e ainda alguns considerados perigosos como lâmpadas fluorescentes, óleos e graxas, pilhas e baterias, resíduos hospitalares e produtos químicos laboratoriais.

Em atenção a essa problemática ambiental, as FIO propõem uma análise mais pormenorizada destas áreas geradoras de forma a ser elaborado um programa de gestão ambiental do *campus* das FIO, contemplando os itens acima citados. Este programa envolveria planos específicos como o de educação ambiental corporativa, descarte correto de resíduos, coleta seletiva e destinação final correta de resíduos recicláveis e não recicláveis, monitoramento e auditoria interna ambiental.

Desta forma, as Faculdades Integradas de Ourinhos lida com a educação ambiental com atitudes, a qual busca criar uma cultura em torno destas ações em toda a comunidade acadêmica.

4.5 - Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.

P O R T A R I A 043/2015 – FIO

O Diretor das Faculdades Integradas de Ourinhos, no uso de suas competências auferidas pelo artigo 17, inciso VIII do Regimento interno desta IES.

Dispõe sobre atendimento aos alunos com espectro autista e outras providências

O Diretor das FIO com fundamento na Lei Federal nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012; Lei nº 10.216 de 6 de abril de 2001 e considerando:

- o direito do aluno a uma educação de qualidade, igualitária e centrada no respeito à diversidade humana;
- a necessidade de se garantir atendimento a diferentes características, ritmos e estilos de aprendizagem dos alunos, com necessidades educacionais especiais;

Resolve:

Artigo 1º - Compreende-se a pessoa com transtorno do espectro autista como a pessoa portadora de síndrome clínica caracterizada na forma dos seguintes incisos I ou II:

I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

Artigo 2º - Fica assegurado a todos os alunos, público-alvo da Educação Especial, o direito à matrícula nos cursos de graduação.

§ 1º - Aos alunos, público-alvo desta resolução será garantido Atendimento Pedagógico Especializado - APE, com condições de acesso e apoio à aprendizagem, bem como à sua continuidade.

§ 2º - Os alunos, a que se refere o parágrafo 1º deste artigo, serão encaminhados para o Atendimento Pedagógico Especializado - APE adequado a suas deficiências, ou aos transtornos globais do desenvolvimento, ou, ainda, às altas habilidades/superdotação que apresentem, após avaliação pedagógica, realizada por especialistas devidamente comprovados.

Artigo 3º - O Atendimento Pedagógico Especializado – APE dar-se-á por meio de:

I – Metodologia de Ensino:

A metodologia de ensino para a pessoa com transtorno de espectro autista deve identificar as barreiras de aprendizagem e planejar formas de removê-las, respeitando o ritmo de cada indivíduo. Garantir que o conteúdo não seja acelerado e nem despercebido para o aluno e que se busquem formas, estratégias e materiais para que seja melhor aprendido.

II – Currículo adaptado:

A adaptação do currículo regular implica no planejamento das ações pedagógicas dos docentes, de forma a possibilitar variações no objetivo, no conteúdo, na metodologia, nas atividades, na avaliação e na temporalidade. Essas ações constituem possibilidades educacionais, a serem realizadas pelos professores.

III – Avaliação do aluno:

A avaliação portador de Síndrome do Espectro Autista obedecerá aos mesmos critérios gerais previstos no regimento da instituição e legislação vigente, que dispõem sobre o registro do rendimento escolar dos alunos.

Artigo 4º - O espaço físico deverá ser adequado ao Atendimento Pedagógico Especializado - APE conforme legislação específica de acessibilidade.

Artigo 5º - O profissional responsável pelo Atendimento Pedagógico Especializado deverá ter formação em Pedagogia com especialização na área desta deficiência.

§ 1º - este profissional deverá manter atualizados os registros de acompanhamento do aluno disponibilizando-os aos demais docentes que atuam na formação do aluno;

§ 2º - o registro do desempenho do aluno com deficiência intelectual deverá refletir seu rendimento escolar, em relação ao planejado na adaptação curricular registrada na Ficha Pedagógica Individual;

§ 3º - o profissional responsável pelo Atendimento Pedagógico Especializado orientará os professores da graduação no atendimento aos alunos incluídos na definição prevista nesta resolução;

Artigo 6º - A instituição orientará as famílias no encaminhamento dos alunos a programas especiais, voltados para o trabalho, com vistas a uma efetiva integração na sociedade.

Artigo 7º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do início do ano letivo de 2015 e ficando revogadas as disposições em contrário.

Publique-se.

4.4 - Estrutura e Organização Curricular

Matriz Curricular do Curso de Direito

1º Semestre

CÓD.	Descrição	NBAS	NESP	C.H.
1278	Introdução ao Estudo do Direito		80	80
1279	Antrop. e História do Direito	80		80
1280	Ciência Política e T. G.do Estado	80		80
265	Economia	40		40
266	Sociologia Geral	40		40
310	Filosofia Geral	40		40
514	Metodologia e Linguagem	40		40
	Total			400

2º Semestre

CÓD.	Descrição	NBAS	NESP	C.H.
1285	Psicologia Aplicada ao Direito	40		40
291	Direito Civil I (Parte Geral)		80	80
295	Direito Penal I (Parte Geral)		80	80
297	Sociologia Jurídica	40		40
306	Direito Constitucional I		40	40
1384	Linguagem Jurídica	40		40
318	Filosofia Jurídica	40		40
4082	Direito Humanos Fundamentais		40	40
	Total			400

3º Semestre

CÓD.	Descrição	NBAS	NESP	C.H.
1286	Direito do Trabalho I		80	80
299	Direito Civil II (Parte Geral)		80	80
303	Direito Penal II (Parte Geral)		80	80
314	Direito Constitucional II		80	80
366	Teoria Geral do Processo		80	80
	Total			400

4º Semestre

CÓD.	Descrição	NBAS	NESP	C.H.
1287	Direito Constitucional III		80	80
1288	Direito do Trabalho II		80	80
307	Direito Penal III (Parte Especial)		80	80
308	Direito Civil III (Teoria Geral das Obrigações)		80	80
323	Direito Processual Civil I		80	80
	Total			400

5º Semestre

CÓD.	Descrição	NBAS	NESP	C.H.
1289	Direito Penal IV (Parte Especial)		80	80
326	Direito Civil IV (Contratos)		80	80
1291	Direito Empresarial I		80	80
329	Direito Processual Civil II		80	80
337	Direito Processual do Trabalho		80	80
	Total			400

6º Semestre

CÓD.	Descrição	NBAS	NESP	C.H.
1290	Direito Civil V (Responsabilidade Civil)		80	80
1293	Direito Empresarial II		80	80
324	Direito Processual Penal I		80	80
333	Direito Processual Civil III		80	80
347	Direito Administrativo I		80	80
	Total			400

7º Semestre

CÓD.	Descrição	NPROF	NESP	C.H.
1888	Direito Civil VI (Coisas I)		80	80
330	Direito Processual Penal II		80	80
1889	Direito Empresarial III		40	40
338	Estágio Supervisionado I	80		80
347	Direito Administrativo II		40	40
353	Direito Processual Civil IV		80	80
	Total			400

8º Semestre

CÓD.	Descrição	NBAS	NPROF	NESP	C.H.
1890	Direito Civil VII (Coisas II)			80	80
334	Direito Processual Penal III			80	80
345	Direito Constitucional Tributário			80	80
351	Estágio Supervisionado II		80		80
348	Monografia I	40			40
362	Optativa I			40	40
	Total				400

9º Semestre

CÓD.	Descrição	NBAS	NPROF	NESP	C.H.
1891	Direito Civil VIII (Família)			80	80
341	Direito Processual Penal IV			80	80
1432	Métodos de Solução de Conflitos			40	40
5266	Optativa II			40	40
368	Estágio Supervisionado III		80		80
352	Direito Tributário e Processo Tributário			80	80
	Total				400

10º Semestre

CÓD.	Descrição	NPROF	NESP	C.H.
2142	Legislação Penal e Especial		40	40
2143	Direito Agrário e Ambiental		40	40
2144	Deontologia Jur. e Est. da Adv.		40	40
2145	Direito Consumerista		40	40
349	Direito Civil IX (Sucessões)		80	80
369	Estágio Supervisionado IV	80		80
851	Direito Internacional		80	80
	Total			400

RESUMO

	C.H. (50 min.)	C.H. (60 min.)
Carga horária das disciplinas	4000	3.333
Atividades Complementares		240
Estágio Supervisionado		176
TOTAL GERAL		3749

OPTATIVAS

Língua Brasileira de Sinais – Libras	40
Direito Previdenciário e Acidentário	40
Relações Étnico-Raciais e afrodescendentes	40
Temas Atuais de Direito	40

4.3 Ementário e Bibliografia

O ementário e a bibliografia são apresentados pelo professor e aprovados pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso, sendo atualizados conforme as propostas dos docentes.

1º TERMO

1. INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO

Objeto e finalidade da Introdução ao Estudo do Direito. A Ciência do Direito e as Ciências Afins. Noção de Filosofia do Direito. Noção de Teoria Geral do Direito. Direito e Sociologia. Direito e Economia. Natureza e Cultura. O Direito como ciência cultural. O mundo ético. Direito e Moral. As normas jurídicas. Normas jurídicas constitucionais. 5 - A Teoria Tridimensional do Direito de Miguel Reale. Sanção e Coação. Teorias do Direito: Direito Natural,

Positivismo Jurídico e Neoconstitucionalismo / Juspositivismo crítico. Dignidade Humana. As Fontes do Direito. O conceito de fonte do Direito. Fontes Materiais. Fontes Formais Estatais. Legislação – Produção Jurisprudencial – Convenção Internacional. Fontes Formais Não-Estatais. Prática consuetudinária – Atividade científico-jurídica – Poder negocial – Poder normativo dos grupos sociais. Direito Objetivo. Direito Subjetivo. Ramos do Direito Público e Privado. Sujeitos de Direito, Fato/Ato Jurídico e Relação Jurídica. Consulta da legislação e pesquisa de jurisprudência. Validade espacial e temporal da norma jurídica. Revogação, derrogação e ab-rogação. O Direito Adquirido, o Ato Jurídico Perfeito, e a Coisa julgada. Segurança jurídica. Hermenêutica jurídica.

Bibliografia Básica

BETIOLI, Antônio Bento. Introdução ao Direito. 12^a ed. rev. e atual., São Paulo: Saraiva, 2013.

REALE, Miguel. Lições Preliminares de Direito. 27^a ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

VENOSA, Silvio de Salvo. Introdução ao Estudo do Direito: primeiras linhas. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

Bibliografia Complementar

BOBBIO, Norberto. Positivismo Jurídico: lições de filosofia do Direito. Compilada por Nello Moura. Tradução e Notas Márcio Pugliesi, Edson Bini, Carlos E. Rodrigues. São Paulo: Editora Ícone, 2006.

DINIZ, Maria Helena. Compêndio de Introdução à Ciência do Direito. 25^a ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito. 7^a edição. São Paulo: Atlas, 2013.

NUNES, Rizzato. Manual de Introdução ao Estudo do Direito. 11^a ed. rev. e ampl., São Paulo: Saraiva, 2013.

TELLES JUNIOR, Goffredo. Iniciação na Ciência do Direito. 4^a ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

2. ANTROPOLOGIA E HISTÓRIA DO DIREITO

Gênese do Direito: Teorias. Noções Básicas do Direito Romano. História e fontes do Direito Romano: Direito na Realeza, na República, no alto e baixo Império, no período bizantino. Direito das pessoas. Direito das coisas. Direito das obrigações: origens, efeitos, extinção, transmissão, garantias. Direito das sucessões. Processo Civil Romano. Antropologia e Direito.

Bibliografia Básica

ASSIS, Olney Q. KUMPEL, Vitor Frederico. Manual de Antropologia Jurídica. São Paulo: Saraiva: 2011.

LAPLANTINE, François. Aprender antropologia. São Paulo: Brasiliense, 1999.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, Alberto Carlos. **A cabeça do brasileiro**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

ALVES, José Carlos Moreira. **Direito Romano**. 14ª Ed. São Paulo: Forense, 2007.

BATALHA, Wilson de Souza Campos. **Filosofia Jurídica e História do Direito**. Editôra Distribuidora de Livros Escolares, 2007.

DARWIN, Charles. **A origem das espécies**. São Paulo: Escala, 2010.

VILAS BOAS, Márcia Cristina A. **Os povos indígenas brasileiros e a transição paradigmática**. Porto Alegre: Núria Fabris, 2012.

3. CIÊNCIA POLÍTICA E TEORIA GERAL DO ESTADO

Especificidade da Política; origem, conceitos fundamentais, problemas e temas relevantes. Ciência Política e Teoria do Estado. Evolução histórica e clássicos do pensamento político: Grécia, Roma, Idade Média e Modernidade. Principais correntes do pensamento político contemporâneo.

Bibliografia Básica

COMPARATO, Fábio Konder. A civilização capitalista. São Paulo: Saraiva, 2013;

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. 29^a ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

WEFFORT, Francisco C. Os Clássicos da Política. 1 e 2 . São Paulo. Ática.

Bibliografia Complementar

AZAMBUJA, Darcy. Introdução à Ciência Política. 13^a ed. São Paulo: Globo, 2001.

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Teoria do Estado e Ciência Política. 4^a ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. 10^a ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

CHATELET, Francois. Historia das Ideias Políticas. São Paulo: Zahar, 2010;

MALUF, Sahid. Teoria Geral do Estado. 26a. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

3. ECONOMIA

Conceitos econômicos básicos. Princípios microeconômicos: teoria elementar do funcionamento de mercado, estruturas de mercado e organização industrial. Teoria monetária: moeda e inflação. Utilização das políticas macroeconômicas como instrumento de intervenção na economia.

Bibliografia Básica

VASCONCELLOS, M. A. S.; GARCIA, M.E. Fundamentos de Economia. São Paulo: Saraiva, 4 ed., 2012. 352p.

VASCONCELLOS, M. A. S.; PINHO, D.B.; TONETTO JR (Org.). Manual de economia: equipe de professores da USP. São Paulo: Saraiva, 6. ed., 2011.

PILAGALLO, O. Direito e Economia. São Paulo: Saraiva, 1 ed., 2008. 104p.

Bibliografia Complementar

MARIANO, J. Introdução à Economia Brasileira. São Paulo: Saraiva, 2 ed., 2012. 112p.

SCHAPIRO, M.G. Direito e Economia na Regulação Setorial. São Paulo: Saraiva, 1 ed., 2009, 272p.

PIRES, M. C. (Org.). Economia Brasileira - Da Colônia ao Governo Lula. São Paulo: Saraiva, 1 ed., 2010. 408p.

WESSELS, W. J. Economia. São Paulo: Saraiva, 3 ed., 2010. 544p.

4. SOCIOLOGIA GERAL

Sociologia: origem, conceitos fundamentais, problemas e temas relevantes. Evolução histórica e clássica do pensamento sociológico: o positivismo de Comte, o funcionalismo de Durkheim, o estruturalismo de Weber e o materialismo histórico de Marx. Principais correntes sociológicas contemporâneas.

Bibliografia Básica

LAKATOS, Eva Maria. Sociologia Geral. 7ª Ed. São Paulo: Manole, 1999.

MARTINS, Carlos Benedito. O que é sociologia? 38ª Ed. São Paulo: edições GRD, 1994.

DEMO, Pedro. Sociologia. 2ª Ed. São Paulo: Manole, 1985.

Bibliografia Complementar

AZEVEDO, Plauto Faraco de. Aplicação do Direito e Contexto Social. São Paulo: Macmillan do Brasil, 1996.

CASTORIADIS, Cornelius. A Instituição Imaginária da Sociedade. 2ª Ed. São Paulo: Editora Sol, 1986.

CAVALIERI FILHO, Sergio. Programa de Sociologia Jurídica. 10ª Ed. São Paulo: Editora Distribuidora de Livros Escolares, 2001.

DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. 17ª Ed. São Paulo: Nova Fronteira, 2002.

WEBER, Max. Ensaio de Sociologia. 5ª Ed. São Paulo: Abril, 2002.

5. FILOSOFIA GERAL

Especificidade da Filosofia: origem, conceitos fundamentais, problemas e temas relevantes. Evolução histórica e clássicos do pensamento filosófico. Principais correntes filosóficas contemporâneas. Aspectos gerais de filosofia política, ética e lógica.

Bibliografia Básica

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Filosofando: introdução à filosofia. São Paulo: Moderna, 2009.

CHAUÍ, Marilena. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 2010.

REALE, Giovanni. História da Filosofia. São Paulo: Paulus, 2006. (7 volumes)

Bibliografia Complementar

ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

CHÂTELET, François. Uma história da Razão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

COPI, Irving M. Introdução à lógica. São Paulo: Mestre Jou, 1978.

FERRATER MORA, J. Dicionário de Filosofia. Barcelona. Alianza Editorial: 1988.

WOKMER, Antônio Carlos. Ideologia, Estado e Direito. Ed. Sérgio a Fabris, 1996.

6. METODOLOGIA E LINGUAGEM

O estudo acadêmico, as técnicas de leitura, apresentação de seminários, Análise textual, temática e interpretativa, técnicas de citações, normas da ABNT, a linguagem científica, a redação acadêmica, introdução a linguagem jurídica, comunicação jurídica.

Bibliografia Básica

NASCIMENTO, Edmundo Dantes. Linguagem Forense. São Paulo: saraiva, 2009.

RUIZ, João Álvaro. Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos. São Paulo: Atlas, 2009.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2008.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, Maria Margarida. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Atlas, 2005.

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. Linguagem Jurídica. São Paulo: Edições 70, 2003.

LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2009.

2º TERMO

1. PSICOLOGIA APLICADA AO DIREITO

A Psicologia e suas interfaces com o Direito. A Psicologia Jurídica como mediadora das relações entre o indivíduo e o contexto judiciário. O papel da Psicologia no processo de produção da verdade jurídica.

Bibliografia Básica

BRITO, Leila Maria Torraca de. Temas de Psicologia. 4ª Ed. São Paulo: Relume Demurá, 2002.

FIORELLI, J.O. & MANGINI, R.C.R. Psicologia Jurídica. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

GONÇALVES, H.S. & BRANDÃO, E.P.(orgs) Psicologia Jurídica no Brasil. Rio de Janeiro: Nau editora, 2004.

Bibliografia Complementar

HUSS, M.T. Psicologia Forense: pesquisa, prática clínica e aplicações. Porto Alegre: Artmed, 2011.

RIGONATTI, S.P.(org). Temas em Psiquiatria Forense e Psicologia Jurídica. Volumes I. São Paulo: Vetor, 2002.

RIGONATTI, S.P.(org). Temas em Psiquiatria Forense e Psicologia Jurídica. Volumes II. São Paulo: Vetor, 2002.

ROVINSKI, S.L.R. Fundamentos da perícia psicológica forense. São Paulo: Vetor, 2007.

SHINE, S. Avaliação psicológica e a lei: adoção, vitimização, separação conjugal, dano psíquico e outros temas. São Paulo: Casa do psicólogo, 2005.

2. DIREITO CIVIL I

Direito Civil: fontes, princípios e conceitos fundamentais; problemas e temas relevantes; fundamentos históricos e constitucionais. Sujeitos de direitos: personalidade jurídica. Pessoas naturais: estado e capacidade; incapacidades;

emancipação; domicílio e residência; morte e ausência; registro civil de pessoas naturais. Direitos da personalidade. Pessoas jurídicas: natureza; classificação; limites da personalidade jurídica e desconsideração desta; registro civil de pessoas jurídicas. Objeto de direitos: os bens e suas classificações; o patrimônio geral e patrimônios especiais.

Bibliografia Básica

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro – Parte Geral, v. 1. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil – Parte Geral, v. I. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

TARTUCE, Flávio. Direito Civil – Lei de Introdução e Parte Geral, v. 1. 10. ed. São Paulo: Método, 2014.

Bibliografia Complementar

DINIZ, Maria Helena. Código Civil Anotado. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

SILVA, Regina Beatriz Tavares da. Código Civil Comentado. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

GAGLIANO, Pablo Stolze. PAMPLONA Filho, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil – Parte Geral, v.1.16 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro, vol.1. 31 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

LÔBO, Paulo. Direito Civil - Parte Geral. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

3. DIREITO PENAL I

Direito Penal: fontes, princípios e conceitos fundamentais; problemas e temas relevantes; fundamentos históricos e constitucionais. A norma penal. Aplicação da lei penal. Crime. Ação. Tipicidade. Tentativa. Injuricidade. Culpabilidade.

Bibliografia Básica

CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2014.

BITTENCOURT, Cesar Roberto Bitencourt, Manual de Direito Penal. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal. 16 ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2014.

Bibliografia Complementar

DELMANTO, Celso. Código penal comentado. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

ESTEFAM, André. Direito Penal. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

JESUS, Damásio Evangelista de. Direito penal. 34 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MIRABETE, Júlio Fabrini. Manual de direito penal. 30 ed. São Paulo: Atlas, 2014

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. PIERANGELI, José Henrique. Manual de Direito Penal Brasileiro, vol. 1. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

3. SOCIOLOGIA JURÍDICA

O conceito sociológico do Direito no bojo das relações entre sociedade e relações de poder. Funções sociais do Direito. Estruturas sociais e controle social por meio do Direito. A dimensão social do crime e da penalidade. O direito e suas implicações culturais. O direito no mundo globalizado.

Bibliografia Básica

MUCHEMBLED, Robert. História da violência. Do fim da idade média aos nossos dias. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

SCURO NETO, Pedro. Manual de Sociologia Geral e Jurídica. São Paulo: Saraiva, 1999.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. Criminologia. São Paulo: Revista dos tribunais, 2013.

Bibliografia Complementar

AGUIAR, Roberto Armando Ramos de. Direito, poder e opressão. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1999.

COMPARATO, Fabio Konder. A Afirmação Histórica Dos Direitos Humanos. 8ª Ed. São Paulo: Saraiva; 2013;

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: história da violência nas prisões. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002;

WOLKMER, Antonio Carlos. Introdução ao Pensamento Jurídico Crítico - 8ª Ed.. São Paulo: Saraiva; 2012;

WOLKMER, Antônio Carlos. Ideologia. Estado e Direito. Revista dos Tribunais, 1998.

4. DIREITO CONSTITUCIONAL I

Direito Constitucional. Poder Constituinte. Constituição. Origens, classificação, supremacia. Hermenêutica Constitucional. Princípios e regras. Princípios metodológicos e jurídicos. Norma Constitucional no tempo. Recepção, revogação e repristinação. Eficácia e aplicabilidade das Normas Constitucionais.

Bibliografia Básica

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. São Paulo: Saraiva, 2014.

FACHIN, Zulmar. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Forense, 2014.

TEMER, Michel. Elementos de Direito Constitucional. São Paulo: Malheiros, 2014.

Bibliografia Complementar

ARAUJO, Luiz Alberto David; NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2013.

BASTOS Celso Ribeiro. Curso de direito constitucional. São Paulo: Celso Bastos Editor, 2002.

BREGA FILHO, Vladimir. Direitos Fundamentais na Constituição de 1988 - Conteúdo Jurídico das Expressões. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

BARROSO, Luís Roberto. Interpretação e aplicação da Constituição. 5a ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

_____. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. São Paulo: Saraiva: 2013.

SARMENTO, Daniel; SOUZA NETO, Cláudio Pereira de. Direito Constitucional - Teoria, História e Métodos de Trabalho. Belo Horizonte: Fórum, 2012

5. LINGUAGEM JURÍDICA

Linguagem como interação: introdução à análise do discurso. A superestrutura do texto dissertativo. A formação dos parágrafos e os mecanismos de coesão e coerência. O discurso jurídico e o estudo da argumentação. Português e prática forense. Os termos próprios de textos jurídicos e os problemas gramaticais. Prática da oralidade.

Bibliografia Básica

BITTAR, Eduardo C. B. Linguagem Jurídica. São Paulo: Saraiva, 2001.

SABAGG, Eduardo. Português Jurídico. São Paulo: Saraiva, 2012.

RODRÍGUEZ, Victor Gabriel. Manual de Redação Forense. Campinas: LZN, 2002.

Bibliografia Complementar

ABREU, Antônio Suárez. A arte de argumentar. 5. ed. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2002.

ANDRADE, Maria Margarida de; Antônio Henriques. Dicionário de verbos jurídicos. São Paulo: Atlas. 1996.

CHERUBIM, Sebastião. Dicionário de Figuras de Linguagem. São Paulo: Pioneira, 1989.

DAMIÃO, R. T.; HENRIQUES, A. Curso de Português Jurídico. São Paulo: Atlas, 1999.

WARAT, Luis Alberto. O Direito e sua Linguagem. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1995.

6. FILOSOFIA JURÍDICA

Filosofia, Direito e Filosofia do Direito. Filosofia do Direito e Teoria Geral do Direito. Tendências atuais em Filosofia do Direito. Teorias da Justiça. Lógica Jurídica.

Bibliografia Básica

ADEODATO, João Maurício. Filosofia do direito: uma crítica à verdade na ética e na ciência. São Paulo: Saraiva, 1996.

GUSMÃO, Paulo Dourado. Filosofia do Direito. Rio de Janeiro: Editora Forense, 6ª Edição, 2001.

JUNIOR, José Cretella. Curso de Filosofia do Direito. São Paulo: Ed. Forense, 7ª Edição, 2001.

Bibliografia Complementar

ALVES, Alair Caffé; LAFER, Celso; GRAU, Eros Roberto. O que é a filosofia do direito? Barueri (SP): Manole, 2004.

GARGARELLA, Roberto. Las teorías de la Justiça después de Rawls: un breve manual de filosofía política. Buenos Áries/Barcelona/México: Paidós, 1999.

KELSEN, Hans. Teoria Geral do Direito e do Estado. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

REALE, Miguel. Filosofia do direito. 19 ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

7. DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS

Direitos humanos e sua evolução histórica: precedentes doutrinários e legislativos. Previsão normativa e proteção internacional: sistemas global e regionais. Direito Humanitário. Direitos Humanos e proteção nacional: incorporação e federalização. Principais documentos internacionais de proteção aos direitos humanos de que o Brasil faz parte.

Bibliografia Básica

RAMOS, André de Carvalho. Curso de direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 2014.

COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

Bibliografia Complementar

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. 13 ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. A proteção internacional dos direitos humanos: fundamentos jurídicos e instrumentos básicos. São Paulo: Saraiva, 1991.

_____. A proteção internacional dos direitos humanos e o Brasil. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

MAZZUOLI, Valério. Os sistemas regionais de proteção dos direitos humanos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

PIOVESAN, Flávia. Código de direito internacional dos direitos humanos anotado. São Paulo: DJP, 2008.

3º TERMO

1. DIREITO DO TRABALHO I

Fontes, princípios e conceitos fundamentais; problemas e temas relevantes; fundamentos históricos e constitucionais. Empregado e Empregador. Contrato de trabalho. Estabilidade. Fundo de garantia por tempo de serviço. Salário e remuneração. Direitos do trabalhador na vigência do contrato e por ocasião da extinção.

Bibliografia Básica

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito do trabalho. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MONTEIRO DE BARROS, Alice. Curso de Direito do Trabalho. 9. ed. São Paulo; LTr., 2013.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Curso de Direito do Trabalho. 2. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

Bibliografia Complementar

CARRION, Valentin. Comentários à consolidação das leis do trabalho: legislação suplementar e jurisprudência. 38. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

VIANNA, Segadas; SÜSSEKIND, Arnaldo; TEIXEIRA, Lima (org.) et al. Instituições de direito do trabalho. 25. Ed. São Paulo: LTr, 2005.

PINTO MARTINS, Sérgio. Direito do Trabalho. 29. ed. Editora Atlas S.A., 2013.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro, Iniciação ao Direito do Trabalho. 38. ed. São Paulo: LTr., 2013.

GODINHO DELGADO, Maurício. Curso de Direito do Trabalho. 12. ed. São Paulo: LTr., 2013.

2. DIREITO CIVIL II

Fatos jurídicos, atos jurídicos, atos ilícitos e negócios jurídicos: caracterização. O negócio jurídico e seus elementos constitutivos, essenciais e acidentais – condição, termo e modo. Invalidade e ineficácia do negócio jurídico: erro, dolo, coação, simulação, etc. Atos ilícitos e abuso de direito – Fatos justificados: estado de necessidade, legítima defesa, etc. Extinção de direitos: prescrição, decadência, renúncia. Prova de atos e negócios jurídicos e registros públicos a eles relativos.

Bibliografia Básica

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro – Parte Geral, v. 1. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil – Parte Geral, v. I. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

TARTUCE, Flávio. Direito Civil – Lei de Introdução e Parte Geral, v. 1. 10. ed. São Paulo: Método, 2014.

Bibliografia Complementar

DINIZ, Maria Helena. Código Civil Anotado. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

SILVA, Regina Beatriz Tavares da. Código Civil Comentado. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

GAGLIANO, Pablo Stolze. PAMPLONA Filho, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil – Parte Geral, v.1.16 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro, vol.1. 31 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

LÔBO, Paulo. Direito Civil - Parte Geral. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

3. DIREITO PENAL II

Concurso de Pessoas. Penas: espécies, cominação, aplicação, suspensão condicional, livramento condicional, efeitos da condenação, reabilitação. Medidas de segurança. Ação Penal. Extinção da Punibilidade.

Bibliografia Básica

CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2014.

BITTENCOURT, Cesar Roberto Bitencourt, Manual de Direito Penal. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

GRECO. Rogério. Curso de Direito Penal. 16 ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2014.

Bibliografia Complementar

DELMANTO, Celso. Código penal comentado. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

ESTEFAM, André. Direito Penal. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

JESUS, Damásio Evangelista de. Direito penal. 34 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MIRABETE, Júlio Fabrini. Manual de direito penal. 30 ed. São Paulo: Atlas, 2014

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. PIERANGELI, José Henrique. Manual de Direito Penal Brasileiro, vol. 1. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

4. DIREITO CONSTITUCIONAL II

Divisão Espacial do Poder. Federalismo. Repartição de competências. Divisão Funcional dos Poderes. Poder Legislativo. Poder Executivo. Poder Judiciário.

Bibliografia Básica

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. São Paulo: Saraiva, 2014.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2013.

CANOTILHO, J.J. Gomes; MENDES, Gilmar Ferreira; SARLET, Ingo; STRECK, Lenio (COORDS.). Comentários à Constituição do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2013.

Bibliografia Complementar

BASTOS Celso Ribeiro. Curso de direito constitucional. São Paulo: Celso Bastos Editor, 2002.

BARROSO, Luís Roberto. Interpretação e aplicação da Constituição. 5a ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

_____. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. São Paulo: Saraiva: 2013.

_____. O controle de constitucionalidade no direito brasileiro: exposição sistemática da doutrina e análise crítica da jurisprudência. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

SARMENTO, Daniel; SOUZA NETO, Cláudio Pereira de. Direito Constitucional - Teoria, História e Métodos de Trabalho. Belo Horizonte: Fórum, 2012

5. TEORIA GERAL DO PROCESSO

Sociedade e Tutela jurídica. Processo e o Direito Processual. Denominação, Posição Enciclopédia e Divisão do Direito Processual. Princípios Gerais do Direito Processual. Fontes da Norma Processual. Eficácia da Lei Processual no espaço e no tempo. Interpretação da Lei Processual. Evolução Histórica do Direito Processual Brasileiro. Jurisdição. Competência. Poder Judiciário. Organização Judiciária. A estrutura judiciária nacional. Ação. Defesa. Sujeitos do Processo. Classificação das ações civis, trabalhistas e penais. Formas Processuais. Procedimentos. Atos Processuais. Conceito e Classificação. Vícios do Ato Processual. Prova.

Bibliografia Básica

CINTRA, José Carlos de Araújo; DINAMARCO, Candido Rangel, GRINOVER, Ada Pellegrini. 29. ed. Teoria Geral do Processo. São Paulo: Malheiros, 2013.

CORREIA, Marcus Orione Gonçalves. 5. ed. Teoria geral do processo. São Paulo: Saraiva, 2010

LAMY, Eduardo de Avelar; RODRIGUES, Horácio Wanderlei. Teoria Geral do Processo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

Bibliografia Complementar

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. Direito e processo – influência do direito material sobre o processo. 6. Ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

CAMARGO, Daniel Marques de. Jurisdição Crítica e Direitos Fundamentais. 2. ed. Porto Alegre: Núria Fabris Editora, 2010.

CAPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. Acesso à justiça. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 2002.

CARREIRA ALVIM, José Eduardo. Teoria Geral do Processo. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

DINAMARCO, Cândido Rangel. A instrumentalidade do processo. 11. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

4º TERMO

1. DIREITO DO TRABALHO II

Duração do trabalho. Regulamentações especiais de trabalho. Proteção do Trabalho da mulher e do menor. Prescrição e decadência. Origens históricas dos sindicatos. Direito internacional do Trabalho, legislação e a Organização Internacional do Trabalho. Sindicatos. Terceirização trabalhista. Acidente do trabalho. Conflitos coletivos de trabalho e suas formas de solução: convenções e acordos coletivos. O direito de greve. Relações coletivas. Composição dos conflitos. Representantes dos trabalhadores nas empresas. Comissão de Conciliação Prévia e o acesso à Justiça.

Bibliografia Básica

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito do trabalho. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MONTEIRO DE BARROS, Alice. Curso de Direito do Trabalho. 9. ed. São Paulo; LTr., 2013.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Curso de Direito do Trabalho. 2. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

Bibliografia Complementar

CARRION, Valentin. Comentários à consolidação das leis do trabalho: legislação suplementar e jurisprudência. 38. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

VIANNA, Segadas; SÜSSEKIND, Arnaldo; TEIXEIRA, Lima (org.) et al. Instituições de direito do trabalho. 25. Ed. São Paulo: LTr, 2005.

PINTO MARTINS, Sérgio. Direito do Trabalho. 29. ed. Editora Atlas S.A., 2013.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro, Iniciação ao Direito do Trabalho. 38. ed. São Paulo: LTr., 2013.

GODINHO DELGADO, Maurício. Curso de Direito do Trabalho. 12. ed. São Paulo: LTr., 2013.

2. DIREITO CIVIL III – Teoria Geral das Obrigações

Direito das obrigações: fontes, princípios e conceitos fundamentais; problemas e temas relevantes e atuais; fundamentos históricos e constitucionais. Obrigações: fontes e elementos constitutivos. Classificação: obrigações de dar coisa certa e incerta, de restituir, pecuniárias, fazer, de não fazer, alternativas, facultativas, divisíveis e indivisíveis, solidárias, naturais, principais e acessórias, líquidas e ilíquidas, condicionais, modais e a termo. Solidariedade ativa e passiva. Efeitos das obrigações. Modos de extinção das obrigações: diretos e indiretos. Conseqüências da inexecução das obrigações pelas partes. Arras. Transmissão das obrigações. Obrigações com cláusula penal. Cessão e Assunção de crédito. Concurso de credores.

Bibliografia Básica

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro – Parte Geral, v. 2. São Paulo: Saraiva, 2014.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil – Teoria Geral das Obrigações, v. II. São Paulo: Atlas, 2014.

TARTUCE, Flávio. Direito Civil – Teoria Geral das Obrigações, v. 1. 10. ed. São Paulo: Método, 2014.

Bibliografia Complementar

DINIZ, Maria Helena. Código Civil Anotado. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2.014.

SILVA, Regina Beatriz Tavares da. Código Civil Comentado. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2.013.

GAGLIANO, Pablo Stolze. PAMPLONA Filho, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil – Teoria Geral das Obrigações, v.2. São Paulo: Saraiva, 2.014.

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro, vol.2. 31 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

LÔBO, Paulo. Direito Civil – Teoria Geral das Obrigações. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

3. DIREITO PENAL III – Parte Especial

Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a propriedade imaterial. Crimes contra a organização do trabalho. Leis Penais especiais relacionadas.

Bibliografia Básica

BITTENCOURT, Cesar Roberto Bitencourt, Manual de Direito Penal. vol. II. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal, vol. II. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal. Volume II . Niterói: Editora Impetus, 2014.

Bibliografia Complementar

COSTA JR., Paulo José; COSTA, Fernando José da. Código Penal Comentado. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

DELMANTO, Celso. Código penal comentado. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

ESTEFAM, André. Direito Penal. vol. 2. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

JESUS, Damásio Evangelista de. Direito penal. vol. 2. 33 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MIRABETE, Júlio Fabrini. Manual de direito penal. vol. 2, 31 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

4. DIREITO CONSTITUCIONAL III

Direitos fundamentais: os direitos e deveres individuais e coletivos, os direitos sociais, os direitos à nacionalidade, à cidadania, aos direitos políticos. A Defesa do Estado e das instituições democráticas. A Ordem econômica e financeira. A Ordem social. A Ordem constitucional da Cultura. A família, a criança e o adolescente, o idoso.

Bibliografia Básica

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. São Paulo: Saraiva, 2014.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2013.

CANOTILHO, J.J. Gomes; MENDES, Gilmar Ferreira; SARLET, Ingo; STRECK, Lenio (COORDS.). Comentários à Constituição do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2013.

Bibliografia Complementar

BASTOS Celso Ribeiro. Curso de direito constitucional. São Paulo: Celso Bastos Editor, 2002.

BARROSO, Luís Roberto. Interpretação e aplicação da Constituição. 5a ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

_____. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. São Paulo: Saraiva: 2013.

_____. O controle de constitucionalidade no direito brasileiro: exposição sistemática da doutrina e análise crítica da jurisprudência. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

SARMENTO, Daniel; SOUZA NETO, Cláudio Pereira de. Direito Constitucional - Teoria, História e Métodos de Trabalho. Belo Horizonte: Fórum, 2012

5. PROCESSO CIVIL I

Institutos e normas fundamentais do Direito Processual Civil. Jurisdição, cooperação internacional e espécies de tutela jurisdicional. Competência e seus desdobramentos. Ação e defesa. Condições e elementos da ação. Processo e relação processual civil. Sujeitos do processo. Partes, procuradores

e terceiros. Atos processuais e nulidades processuais. Formação, suspensão e extinção do processo civil.

Bibliografia Básica

BUENO, Cassio Scarpinella Curso Sistematizado de Direito Processual Civil - v.1 4. ed. Saraiva 2010

BUENO, Cassio Scarpinella Novo Código de Processo Civil Anotado 1.ed. São Paulo Saraiva 2015

CÂMARA, Alexandre Freitas Licoes de Direito Processual Civil 16 ed. Lumen Juris 2007

GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios Novo Curso de Direito Processual Civil I 7. ed. Saraiva 2010.

Bibliografia Complementar

ARENHART, Sergio Cruz - MARINONI, Luis Guilherme - MITIDIERO, Daniel. *Novo Curso de Processo Civil - Volume 1: Teoria do Processo Civil* 1.ed. São Paulo Revista dos Tribunais, 2015

WAMBIER, Luiz Rodrigues - MEDINA, Jose Miguel Garcia - WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Breves Comentarios a Nova Sistematica Processual Civil*. 1ª Revista dos Tribunais, 2006

5º TERMO

1. DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Teoria Geral do Direito Processual do Trabalho. Jurisdição, competência e organização judicial trabalhista. Processo trabalhista e ação trabalhista. Formalidades processuais. Partes e sua representação em juízo. Fase postulatória (pedido do autor e resposta do réu). Fase probatória. Audiência. Atos do juiz. Poder normativo. Recursos. Execução. Ações especiais.

Bibliografia Básica

BEZERRA LEITE. Carlos Henrique. Curso de Direito Processual do Trabalho. 12. ed. São Paulo: LTr, 2014.

SCHIAVI, Mauro. Manual de Direito Processual do Trabalho. 7. ed. São Paulo: LTr, 2014.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito Processual do Trabalho, 35. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

Bibliografia Complementar

CARRION, Valentin; CARRION, Eduardo. Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho, legislação suplementar e jurisprudência. 38. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

OLIVEIRA, Francisco Antonio de. Manual de Processo do Trabalho. 4. ed. São Paulo: LTr, 2011.

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. Manual da Audiência na Justiça do Trabalho. São Paulo: LTr, 2010.

CASTELO, Jorge Pinheiro. Tratado de Direito Processual do Trabalho na Teoria Geral do Processo. 3. ed. São Paulo: LTr, 2012.

FELICIANO, Guilherme Guimarães (coord.). Fênix: por um novo processo do trabalho. São Paulo: LTr, 2011.

2. DIREITO CIVIL IV – CONTRATOS

Teoria geral dos contratos. Vícios Redibitórios. Evição. Contratos em espécie. Compra e venda. Permuta. Promessa de compra e venda. Consignação em Pagamento. Doação. Locação de coisas. Prestação de serviços. Empreitada. Comodato e mútuo. Depósito. Mandato e gestão de negócios. Seguro. Jogo e aposta. Fiança. Contratos inominados. Declaração unilateral de vontade: títulos ao portador e promessa de recompensa.

Bibliografia Básica

GAGLIANO, Pablo S.; PAMPLONA FILHO, Rodolfo; Novo Curso de Direito Civil - Contratos. 2ª ed. Vol. IV e V. São Paulo: Saraiva, 2006.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Contratos. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil: Contratos em Espécie. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia Complementar

DINIZ, Maria Helena. Tratado Teórico e Prática dos Contratos. 5 Volumes. São Paulo: Saraiva.

HIRONAKA, Giselda M. F. N.; BARROSO, Lucas A. MORRIS, Amanda Z. Direito dos Contratos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

LISBOA, Roberto S. Contratos Difusos e Coletivos. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

TARTUCE, Flávio. Direito Civil: Contratos. 3ª ed. São Paulo: Método, 2008.

GOMES, Orlando. Contratos. 26ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

3. DIREITO PENAL IV – Parte Especial

Crimes contra a dignidade sexual. Crimes contra a família. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a Administração Pública.

Bibliografia Básica

BITTENCOURT, Cesar Roberto Bitencourt, Manual de Direito Penal. vol. IV. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal, vol. III. 12 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal. Volume III. Niterói: Editora Impetus, 2014.

Bibliografia Complementar

COSTA JR., Paulo José; COSTA, Fernando José da. Código Penal Comentado. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

DELMANTO, Celso. Código penal comentado. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

ESTEFAM, André. Direito Penal. vols. 3 e 4. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

JESUS, Damásio Evangelista de. Direito penal. vol. 3. 21 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MIRABETE, Júlio Fabrini. Manual de direito penal. vol. 3, 28 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

4. DIREITO EMPRESARIAL I

Fontes, princípios e conceitos fundamentais; problemas e temas relevantes; fundamentos históricos e constitucionais. A autonomia do direito empresarial - art. 22, inciso I da CF. Teorias de definição da atividade empresarial. Atos de Comércio - disciplina privada da atividade econômica, sistema francês de 1.850 (Teoria dos Atos de Comércio). O Sistema Italiano (Teoria da Empresa de 1.942), aproximação do direito brasileiro ao sistema italiano - Do direito comercial ao direito empresarial. O empresário. Deveres gerais do empresário regular. Registro de Empresa. Sociedades Empresárias, Sócio e Estabelecimento. Fundo de Comércio. Proteção ao Ponto. Sociedade Empresária e Sociedades simples (personalizadas), Sociedades comuns (não personalizadas). Propriedade Industrial. Desconsideração da Personalidade Jurídica, Teoria Maior e Teoria Menor da Desconsideração. Empresário Individual, EIRELI, Sociedade Limitada, Sociedade Anônima, Tipos Societários Menores, Relações entre sociedades. Microempresa.

Bibliografia Básica

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito comercial - vol. 1/3. 18 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito comercial - vol. 2/3. 18 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

REQUIÃO, Rubens. Curso de direito comercial - vol. 1/3. 33 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

Bibliografia Complementar

REQUIÃO, Rubens. Curso de direito comercial - vol. 2/3. 33 ed. – São Paulo: Saraiva, 2014.

RAMOS, André Luiz Santa Cruz. Direito empresarial esquematizado. 4 ed. - São Paulo. Saraiva. 2014

FAZZIO JÚNIOR, Waldo. Manual de direito comercial. 15 ed. São Paulo. Atlas. 2014

MARTINS, Frans. Curso de direito empresarial. 37 ed. Rio de Janeiro. Forense. 2014

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro - vol. 8. 5 ed. São Paulo. Saraiva. 2013.

5. PROCESSO CIVIL II

Tutela de conhecimento. Procedimento comum. Fases do procedimento: postulatória, ordinatória, instrutória e decisória. Procedimentos especiais. Tutela provisória.

Bibliografia Básica

BUENO, Cassio Scarpinella. Curso sistematizado de direito processual civil: tutela jurisdicional executiva, vol III. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de direito processual civil, vol II. 23. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2014.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Novo curso de direito processual civil, vol II. São Paulo: Saraiva, 2014.

Bibliografia Complementar

ALVIM, Arruda. ALVIM, Eduardo Arruda. BRUSCHI, Gilberto Gomes. CHECHI, Mara Larsen. COUTO, Mônica Bonetti. Execução civil e temas afins – do CPC/1973 ao novo CPC. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

ASSIS, Araken. Manual dos Recursos. 5. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. Comentários ao Código de Processo Civil, vol. 5 – Arts 476 a 565, 11ª. ed. Rio de Janeiro: Saraiva. 2003.

JUNIOR, Humberto Theodoro. Curso de direito processual civil, vol. II. 48. ed. Rio de Janeiro: Forense. 2013.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. Direito processual civil contemporâneo – processo de conhecimento, cautelar, execução e procedimentos especiais, vol.II. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

6º TERMO

1. DIREITO ADMINISTRATIVO I

Fontes, princípios e conceitos fundamentais; problemas e temas relevantes; fundamentos históricos e constitucionais. Sujeitos do Direito Administrativo. Pessoas administrativas. A Administração Pública. Serviço Público. Poder de Polícia. Agentes de polícia. Agentes administrativos. Responsabilidade do Estado pelos atos de seus agentes.

Bibliografia Básica

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 19ª ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. 15ª Ed., São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 24ª ed., São Paulo: Malheiros, 2007.

Bibliografia Complementar

MEIRELLES, Helly Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 29ª ed., São Paulo: Malheiros, 2004.

ALEXANDRINO, Marcelo. PAULO, Vicente. Direito Administrativo Descomplicado. 16ª Ed., São Paulo: Editora Método, 2008.

MAZZA, Alexandre. Manual de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 2013.

MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno. 6ª ed., São Paulo: Rev. Tribunais, 2002.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Curso de Direito Administrativo. 14ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2006.

2. DIREITO CIVIL V – Responsabilidade Civil

Responsabilidade Civil. Elementos Essenciais da Responsabilidade Civil. Ação ou Omissão do Agente: responsabilidade extracontratual e contratual. Da Culpa. Da Relação de Causalidade. Do Dano e sua Liquidação.

Bibliografia Básica

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro – Responsabilidade Civil, v. IV. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2.014.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil – Responsabilidade Civil, v. IV. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2.014.

TARTUCE, Flávio. Direito Civil – Direito das Obrigações e Responsabilidade Civil, v. II. 9. ed. São Paulo: Método, 2.014.

Bibliografia Complementar

DINIZ, Maria Helena. Código Civil Anotado. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2.014.

FIUZA, Ricardo. SILVA, Regina Beatriz Tavares da. Código Civil Comentado. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2.013.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Responsabilidade Civil. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2.013.

STOCO, Rui. Tratado de Responsabilidade Civil. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2.013.

GAGLIANO, Pablo Stolze. PAMPLONA Filho, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil – Responsabilidade Civil, v. III, 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2.014.

3. PROCESSO PENAL I

Direito Processual Penal: conceitos fundamentais; fundamentos históricos e constitucionais. Investigação Criminal. Inquérito Policial. Prisões Cautelares, Liberdade Provisória e Medidas Cautelares Restritivas.

Bibliografia Básica

CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

RANGEL, Paulo. Direito Processual Penal. 21 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de Processo Penal. 16 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

Bibliografia Complementar

FERNANDES, Antônio Scarance, Processo penal constitucional. 5 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

GRECO FILHO, Vicente. Manual de processo penal. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

LOPES JÚNIOR, Aury. Direito Processual Penal. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

JESUS, Damásio Evangelista de. Código de processo penal anotado. 26 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli. Curso de Processo Penal. 17 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

4. DIREITO EMPRESARIAL II

Teoria Geral dos Títulos de Créditos. Princípios, Fontes e Fundamentos. Classificação e Natureza da Obrigação Cambiária. Endosso, Aval, Aceite e Protesto. A informática e o crédito cambiário. Letra de Câmbio. Nota Promissória. Cheque Duplicata Mercantil. Duplicata de Prestação de Serviços. Outros Títulos - Contratos Mercantis. Contratos Bancários. Seguro. A relação de consumo e os títulos de crédito.

Bibliografia Básica

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito comercial - vol. 1/3 - 18 ed. São Paulo: Saraiva. 2014.

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Títulos de crédito e contratos mercantis. – 10. ed. São Paulo. Saraiva. 2014

MAMEDE, Gladston. Direito empresarial brasileiro - vol. 3 - 7 ed. São Paulo. Atlas. 2012

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, Amador Paes de. Teoria e prática dos títulos de crédito. 29 ed. São Paulo. Saraiva. 2011

TOMAZETTE, Marlon. Curso de Direito Empresarial. vol. 2 - 4 ed. São Paulo. Atlas. 2013

NEGRÃO, Ricardo. Manual de direito comercial e de empresa. vol. 2 - 3 ed. São Paulo. Saraiva. 2012

NEVES, Thiago Ferreira Cardoso. Contratos mercantis. São Paulo. Atlas. 2013

RIZZARDO. Arnaldo. Títulos de crédito. 4. ed. São Paulo. Forense Jurídica GEN. 2013

5. PROCESSO CIVIL III

Sentença, Coisa Julgada, Ordem dos processos nos tribunais, Incidente de assunção de competência, Incidente de arguição de inconstitucionalidade, Conflito de Competência, Homologação de decisão estrangeira e da concessão dos exequatur à carta rogatória, Ação Rescisória, Incidente de Resolução de demandas repetitivas, Reclamação, Teoria Geral dos Recursos, Recursos em espécies: apelação; agravo de instrumento; agravo interno; embargos de declaração, recurso ordinário constitucional, recurso especial, recurso especial, agravo em recurso especial e em recurso extraordinário, embargos de divergência.

Bibliografia Básica

BUENO, Cassio Scarpinella. Curso sistematizado de direito processual civil: tutela jurisdicional executiva, vol III. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de direito processual civil, vol II. 21. ed. Rio de Janeiro: Editora Juris Lumen. 2014.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Novo curso de direito processual civil, vol III. São Paulo: Saraiva, 2014.

Bibliografia Complementar

ALVIM, Arruda. ALVIM, Eduardo Arruda. BRUSCHI, Gilberto Gomes. CHECHI, Mara Larsen. COUTO, Mônica Bonetti. Execução civil e temas afins – do CPC/1973 ao novo CPC. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

ASSIS, Araken. Manual de Execução. 16. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

FILHO, Vicente Greco. Direito processual civil brasileiro, vol. III. 22. ed. São Paulo: Saraiva. 2013.

JUNIOR, Humberto Theodoro. Curso de direito processual civil, vol. II. 48. ed. Rio de Janeiro: Forense. 2013.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. Direito processual civil contemporâneo – processo de conhecimento, cautelar, execução e procedimentos especiais, vol.II. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013

7º TERMO

1. DIREITO ADMINISTRATIVO II

Atos administrativos: conceito, características, classificação, requisitos, invalidade, atos nulos e anuláveis. Licitação, Contratos Administrativos: conceitos, espécies, controle e fiscalização. Controle da Administração Pública: conceito, modalidade, privilégios da administração pública em juízo. Processo Administrativo: princípios constitucionais aplicáveis, principais espécies. Limitações da propriedade privada. Desapropriação. Domínio público. Bens públicos. Recursos Naturais.

Bibliografia Básica

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 18ª edição – São Paulo - Editora Atlas, 2005.

GASPARINI, Diógenes, Direito Administrativo. 13ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2008

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 19ª ed. Editora Lumen Juris, 2008.

Bibliografia Complementar:

CRETELLA JÚNIOR, José. Curso de Direito Administrativo. 15ª edição, Rio de Janeiro – Editora Forense, 1998.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. Editora Saraiva, 2005.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 29ª ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2004.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 30ª edição – São Paulo – Malheiros Editores, 2005.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 24ª ed. São Paulo: Malheiros

2. DIREITO CIVIL VI – Direito das Coisas

Propriedade: noções gerais, aquisição e perda. Direitos Reais Sobre Coisas Alheias: superfície, servidões, usufruto, uso, habitação, direito do promitente comprador e noções gerais da lei nº 11.481 de 31/05/2007.

Bibliografia Básica

GAGLIANO, Pablo Stolze. Novo curso de direito civil, volume 3: responsabilidade civil. São Paulo: Saraiva

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito das Coisas, São Paulo: Saraiva.

RODRIGUES, Silvio. Direito Civil. Direito das Coisas, São Paulo: Saraiva.

Bibliografia Complementar

DINIZ, Maria Helena. Código Civil Anotado, São Paulo: Saraiva.

LISBOA, Roberto Senise. Manual de direito civil, v. 4 : direitos reais e direitos intelectuais. 6. ed. São Paulo : Saraiva.

PEREIRA, Caio Mário. Instituições de Direito Civil – Direito Reais, Rio de Janeiro: Forense.

TARTUCE, Flávio. Manual de direito civil: volume único. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO.

VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil – Direito das Coisas, São Paulo : Atlas.

3. PROCESSO PENAL II

Ação Penal pública, privada e privada subsidiária. Jurisdição e competência. Sujeitos do processo. Nulidades, exceções e sanções processuais.

Bibliografia Básica

CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

RANGEL, Paulo. Direito Processual Penal. 21 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de Processo Penal. 16 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

Bibliografia Complementar

FERNANDES, Antônio Scarance, Processo penal constitucional. 5 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

GRECO FILHO, Vicente. Manual de processo penal. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

LOPES JÚNIOR, Aury. Direito Processual Penal. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

JESUS, Damásio Evangelista de. Código de processo penal anotado. 26 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli. Curso de Processo Penal. 17 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

4. DIREITO EMPRESARIAL III

Direito Empresarial: Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial conceitos fundamentais; Procedimento Falimentar. Procedimento da Recuperação Judicial e Extrajudicial. O novo o propósito da Nova Lei de Falências.

Bibliografia Básica

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito comercial - vol. 1/3 - 18 ed. São Paulo: Saraiva. 2014.

MAMEDE, Gladston. Direito empresarial brasileiro - vol. 3 - 7 ed. São Paulo. Atlas. 2012

NEGRÃO, Ricardo. Direito empresarial, estudo unificado. – 2. Ed. – São Paulo, Saraiva, 2010

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, Amador Paes de. Teoria e prática dos títulos de crédito. 29 ed. São Paulo. Saraiva. 2011

TOMAZETTE, Marlon. Curso de Direito Empresarial. vol. 2 - 4 ed. São Paulo. Atlas. 2013

NEGRÃO, Ricardo. Manual de direito comercial e de empresa. vol. 2 - 3 ed. São Paulo. Saraiva. 2012

DOMINGOS, Carlos Eduardo Quadros, As fases da recuperação judicial. Curitiba: J.M. Livraria Jurídica, 2009.

RIZZARDO. Arnaldo. Títulos de crédito. 4. ed. São Paulo. Forense Jurídica GEN. 2013

5. PROCESSO CIVIL IV

Teoria geral da execução: Introdução. Origem: evolução histórica. Princípios orientadores da execução. Tutela cognitiva e tutela executiva: distinção.

Conceito de execução. Aspectos gerais da estrutura do Código de Processo Civil/2015. O Processo Sincrético. As diversas formas de execução de título extrajudicial e judicial, de satisfação do direito e de defesas do executado, sempre na busca de uma célere e efetiva prestação jurisdicional.

Bibliografia Básica

BUENO, Cassio Scarpinella. Curso sistematizado de direito processual civil: tutela antecipada, tutela cautelar. Procedimentos cautelares específicos, vol IV. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Novo curso de direito processual civil, vol II. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de direito processual civil, vol III. 21. ed. São Paulo: Atlas. 2014.

Bibliografia Complementar

BUENO, Cassio Scarpinella. Curso sistematizado de direito processual civil: procedimentos especiais do CPC, Juizados Especiais, vol II, tomo 2. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Novo curso de direito processual civil, vol III. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MARCATO, Antonio Carlos, Procedimentos Especiais, 15. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

NERY JÚNIOR, Nelson. NERY, Rosa Maria de Andrade. Código de Processo Civil Comentado e Legislação Extravagante. 13. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

WAMBIER, Luiz Rodrigues. TALAMINI, Eduardo. Curso Avançado de Processo Civil. v. 3. 13. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

6. ESTÁGIO SUPERVISIONADO I

A prática processual trabalhista: dissídios individuais, processo simulado, com a realização de audiências e a prolação de sentença, e dissídio coletivo. Reclamatórias trabalhistas, elaboração de petições iniciais. Contestações;

resumos teóricos sobre audiências e sentenças; o ônus da prova no processo trabalhista. Recursos. Execução.

Bibliografia Básica

ALMEIDA, Cléber Lúcio de. Direito Processual do Trabalho, 2ª edição, Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de Direito Processual do Trabalho, 6ª edição, São Paulo: LTr, 2008.

SÜSSEKIND, Arnaldo; MARANHÃO, Délio; VIANNA, Segadas; TEIXEIRA, Lima. Instituições de Direito do Trabalho, 21ª edição, São Paulo: LTr, 2003.

Bibliografia Complementar

CHAVES, Luciano Athayde. Curso de Processo do Trabalho, São Paulo: LTr, 2009.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Iniciação ao Processo do Trabalho, 4ª edição, São Paulo: Saraiva, 2009.

PINTO, José Augusto Rodrigues. Execução Trabalhista, 11ª edição, São Paulo: LTr, 2006.

ROMAR, Carla Teresa Martins. Direito Processual do Trabalho, 3ª edição, São Paulo: Atlas, 2007.

SARAIVA, Renato. Processo do Trabalho, 4ª edição, São Paulo: Método, 2008.

8º TERMO

1. DIREITO CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO

O Poder de Tributar. Tributos e Espécies previstas na Constituição Brasileira. Impostos. Taxas. Contribuição de Melhorias. Contribuições Especiais. Empréstimos Compulsórios. Competência Tributária. Distribuição da competência Tributária. Limitação da Competência Tributária. Princípio da Legalidade. Princípio da Isonomia. Princípio da Irretroatividade. Princípio da anterioridade. A vedação do Confisco. A Ilimitabilidade do Tráfego. Imunidades Tributárias. Outros Princípios.

Bibliografia Básica

SABBAG, Eduardo. Manual de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva, 6ª ed., 2014.

MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário. São Paulo : Malheiros, 35ª ed., 2014.

KFOURI JÚNIOR, Anis. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva, 2014.

Bibliografia Complementar

AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 20ª ed., 2014.

CARNEIRO, Cláudio. Curso de Direito Tributário e Financeiro. São Paulo: Saraiva, 4ª ed., 2013.

COSTA, Regina Helena. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva, 3ª ed. 2013.

MARTINS, Sérgio Pinto. Manual de Direito Tributário. São Paulo: Atlas, 12ª ed., 2013.

SOARES DE MELO. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Dialética.

2. DIREITO CIVIL VII – Direito das Coisas II

DIREITO DAS COISAS. Posse. Direitos de Vizinhança. Condomínio. Propriedade Resolúvel e Fiduciária.

Bibliografia Básica

GAGLIANO, Pablo Stolze. Novo curso de direito civil, volume 3: responsabilidade civil. São Paulo: Saraiva

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito das Coisas, São Paulo: Saraiva.

RODRIGUES, Silvio. Direito Civil. Direito das Coisas, São Paulo: Saraiva.

Bibliografia Complementar

DINIZ, Maria Helena. Código Civil Anotado, São Paulo: Saraiva.

LISBOA, Roberto Senise. Manual de direito civil, v. 4 : direitos reais e direitos intelectuais. 6. ed. São Paulo : Saraiva.

PEREIRA, Caio Mário. Instituições de Direito Civil – Direito Reais, Rio de Janeiro: Forense.

TARTUCE, Flávio. Manual de direito civil: volume único. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO.

VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil – Direito das Coisas, São Paulo : Atlas.

3. PROCESSO PENAL III

Teoria Geral da Prova. Procedimento comum e demais procedimentos constantes do Código de Processo Penal. Júri. Procedimentos constantes de leis especiais. Processo nos juizados especiais criminais.

Bibliografia Básica

CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

RANGEL, Paulo. Direito Processual Penal. 21 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de Processo Penal. 16 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

Bibliografia Complementar

FERNANDES, Antônio Scarance, Processo penal constitucional. 5 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

GRECO FILHO, Vicente. Manual de processo penal. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

LOPES JÚNIOR, Aury. Direito Processual Penal. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

JESUS, Damásio Evangelista de. Código de processo penal anotado. 26 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli. Curso de Processo Penal. 17 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

4. MONOGRAFIA

A disciplina Monografia procura disponibilizar ao acadêmico a oportunidade e o instrumental científico metodológico básico para o seu estudo universitário. Ela serve ao estudo e aprendizagem dos conteúdos científicos, de uma forma lógica, simples, e oferece todos os passos de um estudo sério, e, como resultado, um trabalho capaz de ser comprovado através da

cientificidade que o mesmo requer, ao permitir a elaboração de um Projeto de Pesquisa.

Bibliografia Básica

ANDRADE, Maria Margarida. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Atlas, 2005.

RUIZ, João Álvaro. Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos. São Paulo: Atlas, 2009.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2008.

Bibliografia Complementar

COSTA, Nelson Nery. Monografia Jurídica Brasileira. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

HENRIQUES, Antonio; João Bosco Medeiros. Monografia no Curso de Direito: como elaborar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). São Paulo: Atlas, 2006.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2005.

SALOMON, Délcio Vieira. Como fazer uma monografia: elementos de metodologia de trabalhos científicos. Belo Horizonte: Interlivros, 2006.

TACHIZAWA, Takeshy; Gildásio Mendes. Como fazer monografia na prática. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

5. ESTÁGIO SUPERVISIONADO II

Da Petição Inicial (procedimentos ordinário, sumário e especial); Da Resposta do Réu: contestação (procedimentos ordinário e sumário), exceções, reconvenção, outras respostas do réu (impugnação ao valor da causa e intervenção de terceiros provocada); Das Alegações Finais (debates e memoriais).

Bibliografia Básica

BUENO, Cassio Scarpinella. Curso sistematizado de direito processual civil: tutela jurisdicional executiva, vol II. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de direito processual civil, vol I. 23. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2014.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Novo curso de direito processual civil, vol I e II. São Paulo: Saraiva, 2014.

Bibliografia Complementar

ALVIM, Arruda. ALVIM, Eduardo Arruda. BRUSCHI, Gilberto Gomes. CHECHI, Mara Larsen. COUTO, Mônica Bonetti. Execução civil e temas afins – do CPC/1973 ao novo CPC. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

MARINONI, Luis Guilherme, MITIDIERO, Daniel. O Projeto do CPC – Crítica e Proposta. 1ª. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

CALMON DE PASSOS, José Joaquim. Comentários ao Código de Processo Civil, vol. III – Arts 270 a 331, 9ª. ed. Rio de Janeiro: Saraiva. 2004.

JUNIOR, Humberto Theodoro. Curso de direito processual civil, vol. I. 48. ed. Rio de Janeiro: Forense. 2013.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. Direito processual civil contemporâneo – processo de conhecimento, cautelar, execução e procedimentos especiais, vol.II. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

5. OPTATIVA I

5.1 - Direito Previdenciário e Acidentário

Direito Previdenciário: fontes, princípios e conceitos fundamentais; problemas e temas relevantes. Fundamentos históricos e constitucionais. Direito Previdenciário e Previdência Social no Brasil. Noções de Direito Acidentário. Benefícios e responsabilidades. Seguridade Social, globalização e reforma.

Bibliografia Básica

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de. Manual de direito previdenciário / Carlos Alberto Pereira de Castro; João Batista Lazzari. Florianópolis: Conceito Editorial.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito da seguridade social. Editora Atlas.

TISUTIYA, Augusto Massayuki. Curso de direito da seguridade social. São Paulo: Saraiva.

Bibliografia Complementar

BALERA, Wagner. Curso de direito previdenciário. São Paulo: LTr.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. Princípios de direito previdenciário. São Paulo: LTr.

OLIVEIRA, Aristeu de. Prática trabalhista e previdenciária. São Paulo: Atlas.

SANTOS, Marisa Ferreira dos. Sinopses Jurídicas: Direito previdenciário. Saraiva: São Paulo.

IBRAHIN, Fábio Zambitte Ibrahim. Curso de direito previdenciário. Editora Impetus.

5.2 - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS

Introdução à língua brasileira de sinais. Compreensão de particularidades gramaticais da língua brasileira de sinais. Prática de língua brasileira de sinais. Resolução de problemas relacionados à língua brasileira de sinais. Aplicação de conhecimentos de língua brasileira de sinais na elaboração de projetos.

Bibliografia Básica

QUADROS, R. M. Língua de sinais brasileira – estudos linguísticos. São Paulo: Artmed, 2007.

PEREIRA, M.C.C.; CHOI, D.; VIEIRA, M.I.; GASPAR, P.; NAKASATO.R.; Libras- conhecimentos além dos sinais.

FIGUEIRA, A.S. Material de apoio para o aprendizado de libras. São Paulo, Phorte, 2011.

Bibliografia Complementar

QUADROS, R.M. Educação de surdos – aquisição da linguagem. São Paulo: Artmed, 2008.

HONORA, M.; FRIZANCO, M, L. Livro ilustrado de Língua Brasileira de Sinais I. São Paulo: Ciranda cultural, 2009.

CAPOVILA. F.C. Dicionário Enciclopédico Trilíngue- sinais de A a H. 1ed. Vol1.

CAPOVILA. F.C. Dicionário Enciclopédico Trilíngue- sinais de I a Z. 2ed. Vol 2.

FALCÃO, L.A. Surdez e cognição visual e libras – estabelecendo novos diálogos. Recife: Ed Autor, 2011.

SKLIAR, C. A Surdez: Um Olhar sobre as Diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998. 2005-2010.

9º TERMO

1. DIREITO TRIBUTÁRIO E PROCESSO TRIBUTÁRIO

Obrigação Tributária. Causa, objeto, sujeitos da obrigação. O crédito tributário. Natureza Jurídica e constituição. Suspensão, Extinção e Exclusão do crédito. Defesa Administrativa e Judicial do sujeito passivo. As garantias e privilégios do crédito tributário. Fiscalização tributária. Impostos Federais, Estaduais e Municipais.

Bibliografia Básica

SABBAG, Eduardo. Manual de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva, 6  ed., 2014.

MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário. São Paulo : Malheiros, 35  ed., 2014.

KFOURI JÚNIOR, Anis. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva, 2014.

Bibliografia Complementar

AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 20  ed., 2014.

CARNEIRO, Cláudio. Curso de Direito Tributário e Financeiro. São Paulo: Saraiva, 4  ed., 2013.

COSTA, Regina Helena. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva, 3  ed. 2013.

MARTINS, Sérgio Pinto. Manual de Direito Tributário. São Paulo: Atlas, 12  ed., 2013.

SOARES DE MELO. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Dialética.

2. DIREITO CIVIL VIII – Família

Introdução: noções preliminares; fundamentos, conceito; problemas e temas relevantes. Direito pessoal: casamento; relações de parentesco. Direito patrimonial: regime de bens entre os cônjuges; usufruto e administração dos bens de filhos menores; alimentos. União estável. Tutela. Curatela.

Bibliografia Básica

GAGLIANO, Pablo Stolze. Novo curso de direito civil, volume 6: Direito de família — As famílias em perspectiva constitucional. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro, volume 6. São Paulo: Saraiva.

RODRIGUES, Sílvio, Direito civil: direito de família, São Paulo: Saraiva.

Bibliografia Complementar

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito civil, família, sucessões, volume 5. 5. Ed. ver., atual. São Paulo: Saraiva.

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: direito de família. São Paulo: Saraiva.

LISBOA, Roberto Senise. Manual de direito civil, v. 5 : direito de família e sucessões. 7. ed. – São Paulo : Saraiva.

SILVA, Regina Beatriz Tavares da. Código Civil Comentado. São Paulo: Saraiva.

TARTUCE, Flávio. Manual de direito civil: volume único. 4. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2014.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: direito de família, São Paulo: Atlas.

3. PROCESSO PENAL IV

Sentença. Nulidades. Recursos. Lei de Execução Penal.

Bibliografia Básica

CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

RANGEL, Paulo. Direito Processual Penal. 21 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de Processo Penal. 16 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

Bibliografia Complementar

GRECO FILHO, Vicente. Manual de processo penal. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

LOPES JÚNIOR, Aury. Direito Processual Penal. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MARCÃO, Renato. Curso de Execução Penal. 12 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

JESUS, Damásio Evangelista de. Código de processo penal anotado. 26 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

TÁVORA, Nestor; Alencar, Rosmar Rodrigues. Manual de Processo Penal. 9ª ed.. Volume único - Rev. amp. e atualizada. Salvador: Juspodium. 2014

4. MÉTODOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Aspectos jurídicos, sociais, fáticos e econômicos da mediação, conciliação e arbitragem. Relações interpessoais e interorganizacionais. Táticas e estratégias de solução de conflitos. Papel e ética do mediador, do conciliador e do árbitro. A estrutura da autocomposição no Poder Judiciário e a aplicação dos métodos no pré-processual. Justiça coexistencial.

Bibliografia básica

GABBAY, Daniela Monteiro; FALECK, Diego; TARTUCE, Fernanda. Meios alternativos de solução de conflitos. 3.ed: Coleção FGV , 2014

MORAIS, José Luis Bolzan de; SPENGLER, Fabiana Marion. Mediação e arbitragem: alternativas à jurisdição! 3.ed.: Livraria do Advogado, 2012.

VASCONCELOS, Carlos Eduardo de Mediação de conflitos e práticas restaurativas.3.ed: Editora Método, 2014.

Bibliografia complementar

BACELLAR, Roberto Portugal. Mediação e arbitragem. São Paulo: Saraiva 2012

5. ESTÁGIO SUPERVISIONADO III

Dos Embargos de Declaração; da Apelação (interposição, razões e contra-razões); do Agravo (retido e de instrumento), do Cumprimento de Sentença (Impugnação do Executado); da Execução de Título Extrajudicial e dos Embargos do Devedor (Inicial de execução e de embargos); da Ação Cautelar (inicial cautelar); dos Procedimentos Especiais (inicial de ação possessória e ação monitória).

Bibliografia Básica

BUENO, Cassio Scarpinella. Curso sistematizado de direito processual civil. São Paulo: Saraiva.

CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de direito processual civil, vol II e III. São Paulo: Editora Atlas.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Novo curso de direito processual civil, vol II e III. São Paulo: Saraiva.

Bibliografia Complementar

ALVIM, Arruda. ALVIM, Eduardo Arruda. BRUSCHI, Gilberto Gomes. CHECHI, Mara Larsen. COUTO, Mônica Bonetti. Execução civil e temas afins – do CPC/1973 ao novo CPC. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

MARINONI, Luis Guilherme, MITIDIERO, Daniel. O Projeto do CPC – Crítica e Proposta. 1ª. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

CALMON DE PASSOS, José Joaquim. Comentários ao Código de Processo Civil, vol. III – Arts 270 a 331, 9ª. ed. Rio de Janeiro: Saraiva. 2004.

JUNIOR, Humberto Theodoro. Curso de direito processual civil, vol. I. 48. ed. Rio de Janeiro: Forense. 2013.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. Direito processual civil contemporâneo – processo de conhecimento, cautelar, execução e procedimentos especiais, vol.II. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

6. OPTATIVA II

6.1. TEMAS ATUAIS DE DIREITO

Temas atuais de Direito. Questões sociais emergentes. Reflexos jurídicos da globalização. Dilemas da (pós) modernidade.

Bibliografia Básica

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Curso de direito internacional público. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

MENDES, Gilmar. Estado de Direito e Jurisdição Constitucional – 2002/2010. São Paulo: Saraiva, 2010.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet; VALE, Andre Rufino do. A Jurisprudência do STF nos 20 Anos da Constituição. Saraiva: São Paulo, 2010.

Bibliografia Complementar

ALONSO, Ricardo Pinha (Org.); KAZMIERCZAK, Luiz Fernando (Org.). Estudos Contemporâneos de Bioética e Biodireito. 1 ed. São Paulo: Letras Jurídicas, 2013.

ALVES, Fernando de Brito. Margens do Direito: a nova fundamentação dos direitos de minorias. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2009.

_____. (Org.) ; CAMBI, Eduardo Augusto Salomão (Org.) ; KLOCK, Andrea Bulgakov (Org.) . Direitos Fundamentais Revisitados. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2008.

CORREA, Elidia A. Andrade; GIACOIA, Gilberto; CONRADO, M. Biodireito e dignidade da pessoa humana: diálogo entre a ciência e o direito. Curitiba: Juruá. 2006.

SILVA SÁNCHEZ, Jesús-María. Aproximação ao Direito Penal Contemporâneo. Vol. 7. Tradução: Roberto Barbosa Alves. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

6.2 RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS E AFRODESCENDENTES

Conceito de raça e etnia; racismo e relações raciais no Brasil (o mito da democracia racial); história da afrodescendência no Brasil; imagens, representações e estereótipos dos negros no Brasil; identidade, diferença, interação e diversidade nas relações étnico-raciais; escola e currículo para a promoção da igualdade racial.

Bibliografia básica:

DAMATTA, R. O que faz o Brasil, Brasil? Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
DIWAN, P. Raça Pura. São Paulo: Contexto, 2007.
SANTOS, H. A busca de um caminho para o Brasil: a trilha do círculo vicioso. São Paulo: SENAC, 2001.

Bibliografia complementar:

AZEVEDO, E. Raça: conceito e preconceito. Atica, 1990
AQUINO, J. G. Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas. Summus, 1998
CAVALLEIRO, E. dos S. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 6ª. ed. São Paulo: Contexto, 2010.
CASHMORE, E. Dicionário de Relações Étnicas e Raciais. São Paulo: Selo Negro, 2000.
SCHWARCZ, L. Racismo no Brasil. São Paulo: Publifolha, 2001.
DIGITAL
MATTOS, R. A. História e cultura afro-brasileira. São Paulo: Contexto, 2008.
PINSKY, J. Escravidão no Brasil. 20ª ed. São Paulo: Contexto, 2009.
PINSKY, J. 12 faces do preconceito. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2009.

10º TERMO

1. LEGISLAÇÃO PENAL E ESPECIAL

Lei das contravenções penais (dec. lei nº 3.688/41); Crimes contra a economia popular (lei nº 1.521/51); Crimes de sonegação fiscal (lei nº 4.729/65); Crimes de abuso de autoridade (lei nº 4.898/65); Lei de Drogas (lei nº 11.343/06); Crimes contra a segurança nacional (lei nº 7.170/83); Crimes contra o sistema financeiro nacional (lei nº 7.492/83); Crimes resultantes de preconceito de raça ou cor (lei nº 7.716/89); Crimes hediondos (lei nº 8.072/90); Crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo (lei nº 8.137/90 e lei nº 8.176/91); Estatuto do Desarmamento (lei nº 10.826/03); Lei da tortura (lei nº 9.455/97); Crimes de trânsito (lei nº 9.503/97); Crimes ambientais (lei nº 9.605/98).

Bibliografia Básica

CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal: legislação penal especial. São Paulo: Saraiva, vol.4, 9ª edição. São Paulo. Saraiva: 2014.

DELMANTO Jr., Roberto; Delmanto Jr., Roberto; Delmanto, Roberto; Delmanto, Roberto; Delmanto, Fabio Machado de Almeida; Delmanto, Fabio Machado de Almeida. Leis Penais Especiais Comentadas. 2ª ed.Saraiva: 2014

ANDREUCCI, Ricardo Antonio. Legislação penal especial. 9ª ed. São Paulo: saraiva, 2013.

Bibliografia Complementar

NUCCI, Guilherme de Souza. Leis penais e processuais penais comentadas. 7ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

BRASILEIRO, Renato de Lima. Legislação Criminal Especial Comentada. 2ª ed. Juspodivm, 2014.

GRECO, Filho Vicente. Comentários à Lei de Organização Criminosa. Saraiva, 2013

CUNHA, Rogério Sanches; Cunha, Rogério Sanches; Autores; Autores; Gomes, Luiz Flavio; Gomes, Luiz Flavio. Lei de Drogas Comentada. 5 ed.. RT. 2013.

2. DIREITO CIVIL IX - Sucessões

Conceito e princípios do Direito das Sucessões. Sucessão em geral. Sucessão legítima. Sucessão testamentária. Inventário e Partilha.

Bibliografia Básica

GAGLIANO, Pablo Stolze. Novo curso de direito civil, volume 7: Direito das Sucessões. São Paulo: Saraiva.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro, volume 7. São Paulo: Saraiva.

RODRIGUES, Sílvio, Direito civil: direito das sucessões. São Paulo: Saraiva.

Bibliografia Complementar

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito civil, família, sucessões, volume 5. 5. Ed. ver., atual. São Paulo: Saraiva.

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: direito das sucessões. São Paulo: Saraiva.

LISBOA, Roberto Senise. Manual de direito civil, v. 5 : direito de família e sucessões. 7. ed. – São Paulo : Saraiva.

SILVA, Regina Beatriz Tavares da. Código Civil Comentado. São Paulo: Saraiva.

TARTUCE, Flávio. Manual de direito civil: volume único. 4. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2014.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: direito das sucessões, São Paulo: Atlas.

3. DIREITO AGRÁRIO E AMBIENTAL

Noções básicas de direito ambiental: conceitos e fontes; Princípios fundamentais do Direito Ambiental; Repartição de competências para legislar em matéria ambiental; A Política Nacional do Meio Ambiente; Responsabilização ambiental; Introdução ao estudo do Direito Agrário: conceito origens, objeto, fontes e princípios; O Estatuto da Terra; Institutos básicos do Direito Agrário; A Função Social da Propriedade e a Função Social da Propriedade Rural; Contratos Agrários.

Bibliografia Básica

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Curso de Direito Ambiental. 13 ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2012

MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. 20. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2012.

OPITZ, Sílvia C. B. [et al]. Curso completo de Direito Agrário. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2012

Bibliografia Complementar

BARROS, Wellington Pacheco. Curso de Direito Agrário. Vol. 1. 8. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

_____. Curso de Direito Agrário. Vol. 2. 5. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

BORGES, Antônio Moura. Curso Completo de Direito Agrário. 4. ed. ampl. atual. Leme: CI Edjur, 2012.

CARVALHO, Edson Ferreira de. Manual didático de Direito Agrário. Curitiba: Juruá, 2010.

GRANZIERA, Maria Luiza Machado. Direito Ambiental. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. Manual de direito ambiental. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

TRENNEPOHL, Terence Dorneles. Manual de direito ambiental. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

4. DEONTOLOGIA JURÍDICA E ESTATUTO DA ADVOCACIA

As prerrogativas do advogado. Teleologia e Deontologia. A conduta ética do advogado perante a sociedade. Infração disciplinar. Ordem dos Advogados do Brasil. Tribunal de Ética e Disciplina. O processo disciplinar.

Bibliografia Básica

LÔBO, Paulo. Comentários ao Estatuto da Advocacia e da OAB, 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MAMEDE, Gladston. A Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, 4ª. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

RAMOS, Gisela Gondin. Estatuto da Advocacia. 6ª Ed. Belo Horizonte: Fórum, 2013.

Bibliografia Complementar

BARBOSA, Rui. O dever do advogado. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

CORRÊA, Orlando de Assis. Comentários ao Estatuto da Advocacia da OAB. São Paulo: Atlas, 2003.

CRETELLA JR., José. 1000 perguntas e respostas sobre o estatuto da oab e o código de ética. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

LANGARO, Luiz Lima. Curso de deontologia jurídica. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

NALINI, José Renato. Ética geral e profissional. 10ª ed. São Paulo: RT, 2013.

5. DIREITO CONSUMERISTA

Fundamentos históricos e constitucionais do Direito do Consumidor; Fontes, princípios e conceitos fundamentais do Direito do Consumidor; Problemas e temas sociais relevantes; Direitos básicos do consumidor; Responsabilidade civil nas relações de consumo; Práticas comerciais e aplicação contratual do Código de Defesa do Consumidor; Legislação Brasileira Específica.

Bibliografia Básica

NUNES, Luis Antônio Rizzatto. Curso de Direito do Consumidor. 8. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013.

GRINOVER, Ada Pellegrini [et al]. Código Brasileiro de Defesa do Consumidor: comentado pelos autores do anteprojeto. 10. ed. rev., atual. e reform. Rio de Janeiro: Forense, 2011, vol. I. Direito Material (arts. 1º a 80 e 105 a 108).

BENJAMIN, Antônio Herman V. [et al]. Manual de direito do consumidor. 3. ed. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, João Batista de. Manual de direito do consumidor. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BENJAMIN, Antônio Herman V. Comentários ao Código de Proteção do Consumidor. Coord. de Juarez de Oliveira. São Paulo: Saraiva, 1991.

CAVALIERI Filho, Sergio. Programa de direito do consumidor. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARQUES, Claudia Lima [et al]. Comentários ao Código de Defesa do Consumidor. 3. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

NUNES, Luiz Antônio Rizzatto. O Código de defesa do consumidor e sua interpretação jurisprudencial. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2007.

6. ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV

Do Inquérito Policial (pedido de relaxamento de prisão em flagrante e pedido de liberdade provisória); Da Ação Penal: da ação penal privada, da queixa

crime; Dos processos em espécie: do procedimento ordinário, sumaríssimo e especiais (defesa preliminar, defesa prévia e alegações finais); Dos recursos: da apelação, do recurso em sentido estrito, do habeas corpus (liberatório e preventivo) e da revisão criminal.

Bibliografia Básica

CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
RANGEL, Paulo. Direito Processual Penal. 21 ed. São Paulo: Atlas, 2013.
TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de Processo Penal. 16 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

Bibliografia Complementar

FERNANDES, Antônio Scarance, Processo penal constitucional. 5 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.
GRECO FILHO, Vicente. Manual de processo penal. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
LOPES JÚNIOR, Aury. Direito Processual Penal. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
JESUS, Damásio Evangelista de. Código de processo penal anotado. 26 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
OLIVEIRA, Eugênio Pacelli. Curso de Processo Penal. 17 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

07. DIREITO INTERNACIONAL

Direito Internacional Público: fontes, princípios e conceitos fundamentais; problemas e temas relevantes; fundamentos históricos e constitucionais. Sujeitos de Direito Internacional Público. Organizações Internacionais. Normas de DIP. Conflitos de normas no DIP. Responsabilidade internacional. Jurisdição do Estado. Domínio público internacional. Solução de conflitos internacionais. Direito Internacional Privado: fontes, princípios e conceitos fundamentais; problemas e temas relevantes; fundamentos históricos e constitucionais. Codificações e tentativas de codificação. Condição jurídica do estrangeiro. Questões de Direito Civil Internacional. Questões de Direito Empresarial

Internacional. Questões de Direito Processual Civil Internacional. Perspectivas do Direito Internacional Privado frente à globalização.

Bibliografia Básica

REZEK, José Francisco. Direito internacional público: curso elementar. 11^o ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Curso de direito internacional público. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

RECHSTEINER, Beat Walter. Direito Internacional Privado: teoria e prática. São Paulo: Saraiva.

Bibliografia Complementar

BASSO, Maristela. Curso de direito internacional privado. São Paulo: Atlas.

BORGES, José Souto Maior. Curso de direito comunitário. São Paulo: Saraiva, 2009.

PIOVESAN, Flávia C. (Coord.). Direitos humanos. Curitiba: Juruá, 2006, 1 vol.

_____. Direitos humanos e o direito constitucional internacional. São Paulo: Max Limonad, 2002.

PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. Direito internacional público e privado. Salvador: Podivm.

4.4 Bases teóricas e Concepções Metodológicas que norteiam as Estratégias Educacionais

O Curso de Direito da FIO é realizado em 10 semestre letivos, e é composto por disciplinas que integram os três eixos interligados de formação do futuro profissional do Direito (3.920 h), atividades complementares (240 h), atividades supervisionadas de prática jurídica e forense (176h), trabalho de conclusão de curso (72 h - monografia I e II) e atividades de pesquisa e extensão.

4.4.1. Disciplinas

Com carga horária de 3.920 horas, o Curso de Direito é integrado por disciplinas que, sistemática e dialogicamente, compõem os três eixos interligados de formação do futuro profissional do Direito.

No eixo de formação fundamental destacam-se as disciplinas de Antropologia e História do Direito, Sociologia Geral, Sociologia Jurídica, Filosofia Geral, Filosofia Jurídica, Economia, Psicologia Jurídica, Deontologia, Ciência Política e Teoria Geral do Estado, Hermenêutica e Direitos Humanos Fundamentais. Tais matérias visam estimular o espírito crítico e ético do acadêmico, integrando-o com outras áreas do saber e propiciando uma consistente formação crítico-reflexiva, fundada em uma visão humanista do mundo, valorizando uma axiologia da inclusão, a promoção e proteção dos direitos fundamentais, de forma a permitir ao futuro profissional uma base sólida e que permita contínua reflexão e adequação às transformações dos fenômenos sociais e jurídicos.

No eixo de formação profissional encontram-se as disciplinas jurídicas em si mesmas, v.g., direito constitucional, civil, penal, do trabalho, empresarial, administrativo, tributário, internacional, ambiental, agrário, previdenciário e processual civil, penal e trabalhista. A disciplina de Tópicos Avançados, inserida em recente revisão da matriz curricular, apresentar temas atuais, v.g., direito eleitoral e eletrônico. Em tais disciplinas, além do enfoque dogmático, seus conteúdos são estudados sistemática e contextualizadamente com as transformações sociais, econômicas, políticas e culturais, sempre privilegiando a realização dos princípios e valores que fundamentam a ordem constitucional vigente, mormente a supremacia dos direitos fundamentais, centralizados no princípio da dignidade da pessoa humana.

Por fim, no eixo de formação prática encontram-se as disciplinas de prática processual trabalhista, civil e penal, concentradas nos termos finais do curso, que propiciam aos acadêmicos a integração entre os conteúdos teóricos das demais disciplinas e a prática judiciária. Além das referidas disciplinas, o eixo de formação prática também é integrado pelo estágio supervisionado, sob a supervisão do NPJ, pelas atividades complementares e pelo trabalho de conclusão de curso.

4.4.2. Pesquisa

O incentivo à pesquisa científica ocorre através da realização de palestras, seminários e congressos jurídicos, grupos de pesquisa, debates entre alunos, do Congresso de Iniciação Científica e da realização do Trabalho de Conclusão de Curso.

4.4.3. Atividades Complementares

As atividades complementares buscam enriquecer e complementar o perfil do acadêmico, propiciando não só o seu aprimoramento técnico-profissional, mas também fomentando ações de interação social que lhe conduzam à percepção crítico-reflexiva da sua função de agente de transformação social.

Durante o curso são exigidas 240 (duzentas e quarenta) horas de atividades complementares, a serem integralizadas com, no mínimo, 50 horas em cada um dos 04 grupos de atividades, a saber: Grupo I - Extensão em geral ; Grupo II - Ensino e prática jurídica; Grupo III - Pesquisa, produção científica e apresentação de trabalhos acadêmicos; e Grupo IV - Serviço comunitário e representação estudantil.

As Atividades Complementares são disciplinadas em regulamento próprio.

Em resumo, as Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

4.4.4. Estágio Supervisionado

O Estágio Curricular Supervisionado é desenvolvido sob a coordenação, supervisão e controle do Núcleo de Prática Jurídica do Curso de Direito das Faculdades Integradas de Ourinhos (SP) e está fundamentado na Portaria nº

1.886 de 30 de dezembro de 1.994 do Ministério da Educação e Cultura e na matriz curricular do curso de Direito das FIO.

Referido Núcleo é o órgão de integração, coordenação e supervisão do Estágio de Prática Jurídica e do Escritório Modelo.

O curso de Direito das FIO oferece aos seus acadêmicos disciplinas regulares de prática processual nas diversas áreas da atividade jurídica: Prática Trabalhista (7º Termo); Prática Civil (8º e 9º Termos) e Prática Penal (10º Termo). A prática tributária está inserida na disciplina Direito Tributário e Processo Tributário, bem como complementada em cursos de extensão.

Buscando estimular, desinibir e ambientar o acadêmico, são realizadas audiências e júris simulados no âmbito das respectivas disciplinas.

O Estágio Supervisionado, com integralização mínima de 176 (cento e setenta e seis) horas, é desenvolvido através de convênios com Instituições Públicas, v.g., Poder Judiciário, Ministério Público, Procuradoria da República e do Estado, Polícia Civil e outras, e privadas, tais como escritórios de advocacia, merecendo destaque a parceria desenvolvida com a 53ª Subseção da OAB/SP.

Importante ainda destacar a parceria com o CIEE, que possui escritório instalado no campus das FIO para facilitar a aproximação entre os acadêmicos e as empresas/profissionais que atuam no mercado de trabalho.

O Estágio Supervisionado está disciplinado no Regimento do Núcleo de Prática Jurídica, sob supervisão direta do Coordenador do NPJ.

O Escritório de Assistência Judiciária, que integra o NPJ e possui regimento próprio, está em fase de implantação e, através de parcerias com a 53ª Subseção da OAB/SP e Poder Judiciário local, busca, além de propiciar conhecimentos da prática jurídica e forense, integrar os acadêmicos com a realidade social e jurídica da população regional, de forma a fomentar-lhes o senso crítico e despertar-lhes como agentes de transformação social.

4.4.5. Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é desenvolvido individualmente por todos os acadêmicos, sob orientação de um professor que compõe o colegiado do Curso de Direito, além da assistência de um professor de Metodologia para as regras exigidas pela ABNT.

Durante o 8º e 9º Termos, os alunos cursam, respectivamente, as disciplinas de Monografia I (36 horas) e II (36 horas), esta em regime de plantão supervisionado, que têm por escopo fornecer-lhes os conhecimentos necessários para todo o percurso da pesquisa científica até a conclusão final do trabalho monográfico.

A defesa do TCC se dá em seção pública e perante Banca composta por 03 docentes do Curso, sendo a aprovação requisito indeclinável para a colação de grau de bacharel.

Após a aprovação e realizadas eventuais correções determinadas pela Banca Examinadora, o TCC é disponibilizado para consulta na Biblioteca da IES.

Foi instituído o Prêmio Vladimir Brega Filho para incentivar os alunos e reconhecer a melhor monografia, eleita, dentre aquelas indicadas pelas bancas avaliadoras, pelos docentes que integram o NDE do Curso.

O TCC possui regulamento próprio na IES e no Curso de Direito.

4.4.6. Educação Ambiental

Nas Faculdades Integradas de Ourinhos, as ações relacionadas à educação ambiental acontecem de três formas: dentro das disciplinas curriculares específicas, ações de extensão comunitária e ações genéricas no campus.

O curso de Direito possui a disciplina de Direito Ambiental e Agrário, integrante da grade do 10º Termo.

4.4.7. Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena

A Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, está contemplada nos conteúdos da disciplina de

Sociologia Geral, Antropologia e História do Direito, ambas integrantes da grade do 1º Termo.

São ainda realizados eventos e palestras que ocorrem tanto no 1º semestre e 2º semestre com abordagem nas questões Étnico-Raciais e da História e Cultura Afro-Brasileira.

Além do conteúdo na disciplina, a IES pretende trabalhar estas questões por meio de outras atividades curriculares como palestras, semanas, encontros, seminários e outros.

4.4.8. Educação em Direitos Humanos

A Educação em Direitos Humanos está contemplada na matéria específica de Direitos Humanos Fundamentais, integrada na grade curricular como disciplina obrigatória, bem como a temática é abordada em todas as disciplinas em virtude do plano político-pedagógico do curso de Direito, que preza pelo viés humanístico, axiológico e crítico-reflexivo na formação do bacharel.

Ainda, o curso de Direito oferece o Simpósios e a Semana Jurídica, onde o tema Direitos Humanos é apresentado, sendo aberto a comunidade docente e discente das FIO.

5 CORPO DOCENTE

5.1 Corpo Docente

5.1.1 Composição do Corpo Docente (nome, titulação)

O Corpo docente do Curso de Direito das FIO é integrado por profissionais com reconhecido conhecimento e experiência profissional nas disciplinas ministradas, propiciando a intercomunicação entre os saberes teórico e prático.

Atualmente, mais de 70% do corpo docente é de mestres e doutores, sendo que a visão de futuro da IES é aumentar este índice até atingir 100% de professores mestres e doutores.

Para tanto, as futuras contratações, que devem ocorrer através de processo seletivo de provas e títulos, exigirão no mínimo a titulação de mestre, salvo casos de notório saber jurídico do contratado.

NOME DO PROFESSOR	TITULAÇÃO
Adelino Lorenzetti Neto	Especialista
Adriano Aranão	Mestre
Alexandre França Coelho	Mestre
André Luis de Camargo Mello	Especialista
André Rossignoli	Mestre
Carla Bertoncini	Doutora
Consuelo Biacchi Eloy	Doutora
Daniel Marques de Camargo	Mestre
Daniela Ferreira Dias Batista	Mestre
David Lucio de Arruda Valverde	Mestre
Elisangela Padilha	Especialista (mestranda)
Emmanuel Gustavo Haddad	Especialista (mestrando)
Fábio Pinha Alonso	Mestre
Fernando de Brito Alves	Pós-doutor
Gilberto José Rodrigues	Mestre
João Felipe da Silva	Especialista (mestrando)
Luis Fernando Quinteiro de Souza	Mestre
Luiz Fernando Kazmierczak	Mestre (doutorando)
Mauri da Silva	Doutor
Mauricio Gonçalves Saliba	Doutor
Paulo Henrique da Silva Carvalho	Especialista
Paulo Mazzante de Paula	Mestre
Reinéro Antonio Lérias	Doutor
Ricardo Pinha Alonso	Doutor
Vinicius Gonçalves Rodrigues	Mestre
Vinicius Rodrigues Freitas	Especialista
Washington Luiz Testa Junior	Mestre

5.1.2 Composição do Núcleo Docente Estruturante – NDE

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Direito é composto de, no mínimo, 07 (sete) membros efetivos, todos mestres ou doutores, designados dentre os membros do corpo docente e nomeados pelo Diretor da IES, sendo seus membros natos o Coordenador Geral e o Coordenador Adjunto do Curso de Direito.

A Presidência é exercida pelo Coordenador do Curso e a vice-presidência pelo Coordenador Adjunto, que também acumula a função de escriturário, responsabilizando-se pela lavratura das Atas de Reunião.

As decisões são tomadas por maioria simples de votos, sendo que a instalação da sessão exige, no mínimo, a presença de 05 (cinco) membros.

Atualmente composto pelos seguintes docentes que elaboraram o presente Projeto Pedagógico, a saber:

Professor Mestre Adriano Aranão, Coordenador Geral;

Professor Mestre Luiz Fernando Kazmierczak, Coordenador Adjunto;

Professora Doutora Carla Bertoncini, docente;

Professor Doutor Reinerio Antônio Lérias, Doutor, docente;

Professor Doutor Ricardo Pinha Alonso, Doutor, docente;

Professor Mestre Daniel Marques de Camargo, Mestre, docente;

Professor Mestre Paulo Mazzante de Paula, Mestre, docente;

Professor Doutor Maurício Gonçalves Saliba, Doutor, docente.

5.2 Coordenação do Curso

5.2.1 Coordenação Geral

A Coordenação Geral do Curso de Direito das FIO é realizada pelo **Professor Adriano Aranão**.

Possui graduação em pela Fundação de Ensino “Eurípedes Soares da Rocha” (2000) e em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública pela Academia de Polícia Militar do Barro Branco da Polícia Militar de São Paulo (1993). É Mestre em Ciência Jurídica pela Universidade Estadual do Norte do Paraná, campus de Jacarezinho (2010), e em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública pelo Centro de Altos Estudos em Segurança da Polícia Militar de São Paulo (2012). É professor de Introdução ao Estudo do Direito e Direito Penal da FIO.

Publicações

Livros publicados

ARANAO, A. Conhecimento das Leis e Democracia: a importância do conhecimento do direito na formação e inclusão social do cidadão. Birigui: Boreal, 2014.

Capítulos de livros publicados

ARANAO, A. ; SALIBA, M. . Direito fundamental à educação: a teoriada ação dialógica de Paulo Freire sob a perspectiva da ética da libertação de Enrique Dussel. In: MARTA, Tais Nader; CUCCI, Gisele Paschoal.. (Org.). Estudos de Direitos Fundamentais. 1ed.São Pauo: Verbatim, 2010, v. 01, p. 97-109.

Artigos completos publicados em periódicos

1.ARANAO, A. . Estado democrático de direito, criminalidade e violência: o desrespeito aos direitos fundamentais e o papel da educação. Argumenta (FUNDINOPI), v. 8, p. 215-231, 2008.

2.ARANAO, A. . Direito à educação:a educação como direito fundamental na constituição federal de 1988. Argumenta (FUNDINOPI), v. 9, p. 243-260, 2008.

3.ARANAO, A. . A prova da embriaguez ao volante em face da lei nº 11.275, de 7 de fevereiro de 2006.. Lex - Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e Tribunais Regionais Federais, v. ano 19, p. 09-15, 2007.

Outras produções bibliográficas

1.ARANAO, A. . O trânsito do triciclo automotor de cabine fechada nas rodovias. A (in)inteligência da Resolução nº 129/2001 do Conselho Nacional de Trânsito. Teresina/PI: Jus Navegandi, 2008 (artigo).

2.ARANAO, A. . O perigo que vem das estradas. São Paulo: Portal Nacional de Direito do Trabalho, 2007 (artigo).

3.ARANAO, A. . O posicionamento do veículo na via. Teresina/PI: JusNavegandi, 2007 (artigo).

4.ARANAO, A. . A prova da embriaguez ao volante em face da lei nº 11.275/06. Rio de Janeiro: Revista Forense, 2006 (artigo).

5.ARANAO, A. . Trânsito seguro: direitos e deveres. Ourinhos/SP: Informativo Legal das Faculdades Integradas de Ourinhos/SP, 2006 (artigo).

5.2.1 Coordenação Adjunta

A Coordenação Adjunta do Curso de Direito das FIO é realizada pelo **Professor Luiz Fernando Kazmierczak**.

Doutorando em Direito Penal pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), Mestre em Ciência Jurídica pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), em 2009, e Graduado em Direito pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) na Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro (2004).

Atualmente é professor nas disciplinas de Direito Penal e Processo Penal no curso de Direito das Faculdades Integradas de Ourinhos (FIO) e professor assistente na Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), nas disciplinas de Direito Penal Geral e Especial.

Publicações

Livros publicados/organizados ou edições

1. KAZMIERCZAK, L. F. (Org.) ; SIQUEIRA, Dirceu Pereira (Org.) . Estudos Contemporâneos de Direitos Humanos. 1. ed. Birigui: Boreal, 2013. v. 1. 258p .
2. ALONSO, R. P. (Org.) ; KAZMIERCZAK, L. F. (Org.) . Estudos Contemporâneos de Bioética e Biodireito. 1. ed. São Paulo: Letras Jurídicas, 2013. v. 1. 352p .
3. KAZMIERCZAK, L. F. . Direito Penal Constitucional e Exclusão Social. Porto Alegre: Núria Fabris, 2010. v. 1. 175p .

Capítulos de livros publicados

1. BARBOSA, F. A. B. ; KAZMIERCZAK, L. F. . O ativismo judicial na concretização dos direitos das minorias: análise acerca do reconhecimento da união estável homoafetiva como efetivação dos direitos humanos. In: Dirceu Pereira Siqueira; Luiz Fernando Kazmierczak. (Org.). Estudos Contemporâneos de Direitos Humanos. 1ed.Birigui: Boreal, 2013, v. 1, p. 147-165.
2. Fernando de Brito Alves ; KAZMIERCZAK, L. F. . O orçamento participativo como forma de exercício dos direitos políticos dos grupos socialmente vulneráveis. In: Dirceu Pereira Siqueira; Nilson Tadeu Reis

Campos Silva. (Org.). *Minorias e Grupos Vulneráveis: reflexões para uma tutela inclusiva*. 1ed. Birigui/SP: Boreal, 2013, v. 1, p. 264-284.

3. GARCIA, L. R. D. ; KAZMIERCZAK, L. F. . A realidade dos catadores de resíduos sólidos reutilizáveis, refletida na formação de uma nova identidade social estigmatizada. In: SamyraHaydêe Dal Farra Napolini Sanches; Carlos André Bimfeld; Luiz Ernani Bonesso de Araujo.. (Org.). *Direito e Sustentabilidade*. 1ed. Florianópolis: FUNJAB, 2013, v. 1, p. 152-174.

4. KAZMIERCZAK, L. F. ; BILBAO, A. C. X. A. . Patologia como predisposição para a prática de infração penal: enfoque nos assassinos seriais. In: Ricardo Pinha Alonso; Luiz Fernando Kazmierczak. (Org.). *Estudos Contemporâneos de Bioética e Biodireito*. 1ed. São Paulo: Letras Jurídicas, 2013, v. 1, p. 325-349.

5. KAZMIERCZAK, L. F. . O novo conceito de delito à luz da hermenêutica constitucional. In: Dirceu Pereira Siqueira; Murilo Angeli Dias dos Santos. (Org.). *Estudos contemporâneos de hermenêutica constitucional*. Birigui/SP: Boreal, 2012, v. , p. 193-210.

6. KAZMIERCZAK, L. F. ; PADEIGIS, Paulina Dalaqua . Reflexos do arbitramento da reparação civil na sentença penal condenatória. In: Murilo Angeli Dias dos Santos; Dirceu Pereira Siqueira. (Org.). *Estudos Contemporâneos de Direito: desafios e perspectivas*. Bauru/SP: Canal6, 2011, v. , p. 305-318.

7. Fernando de Brito Alves ; KAZMIERCZAK, L. F. . Sobre o déficit de fundamentalidade dos direitos fundamentais. In: Luis Otávio Vincenzi de Agostinho; Luiz Henrique Martim Herrera. (Org.). *Tutela dos Direitos Humanos e Fundamentais: ensaios a partir das linhas de pesquisa construção do saber jurídico e função política do direito*. Birigui/SP: Boreal, 2011, v. , p. -.

8. Fernando de Brito Alves ; KAZMIERCZAK, L. F. . Exclusão na modernidade recente. In: Dirceu Pereira Siqueira; Henry Atique. (Org.). *Ensaio sobre os Direitos Fundamentais e Inclusão Social*. Birigui / SP: Boreal, 2010, v. , p. 201-219.

9. KAZMIERCZAK, L. F. . Relativização dos direitos fundamentais na constitucionalização da taxa dos inativos. In: Eduardo Cambi; Andrea BulgakovKlock; Fernando de Brito Alves. (Org.). *Direitos Fundamentais Revisitados*. Curitiba: Juruá, 2008, v. , p. 553-568.

Artigos completos publicados em periódicos

1. Fernando de Brito Alves ; KAZMIERCZAK, L. F. . O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO COMO FORMA DE EXERCÍCIO DOS DIREITOS POLÍTICOS. Revista Espaço Jurídico, v. 14, p. 417-436, 2013.
2. KAZMIERCZAK, L. F. . Conceito de delito à luz da Constituição Federal de 1988. Argumenta (FUNDINOPI), v. 11, p. 15-28, 2009.
3. KAZMIERCZAK, L. F. . Princípio da Ofensividade como Pressuposto do "Jus Puniendi". Enfoque sobre o Conceito Material do Delito à Luz da Constituição de 1988.. LEX. Jurisprudencia do Superior Tribunal de Justica, v. 222, p. 9-17, 2008.
4. KAZMIERCZAK, L. F. ; GUTZLAFF, Tássia ; SILVA, Maria Carolina Soares e . A atuação do psicólogo no acompanhamento das penas alternativas. Revista Conexão UEPG, v. 4, p. 19-21, 2008.
5. KAZMIERCZAK, L. F. . Responsabilidade Civil dos Provedores de Internet. Lex. Revista do Direito Brasileiro, v. 26, p. 20-37, 2007.
6. KAZMIERCZAK, L. F. . Responsabilidade Civil dos Provedores de Internet. Revista Magister Direito Empresarial, Concorrencial e do Consumidor, v. 14, p. 15-30, 2007.
7. KAZMIERCZAK, L. F. . Responsabilidade Civil dos Provedores de Internet. Juris Plenum, v. 1, p. 183266, 2007.

Trabalhos completos publicados em anais de congressos

1. Silva, Lucas Soares e ; KAZMIERCZAK, L. F. . Condição jurídica e paradigma punitivo: um diálogo com o direito penal do inimigo. In: XXI Encontro Nacional do CONPEDI, 2012, Uberlândia. Anais do XXI Encontro Nacional do CONPEDI - "Sistema Jurídico e Direitos Fundamentais Individuais e Coletivos". Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012. p. 7002-7021.
2. AGOSTINHO, Luis Otávio Vincenzide ; KAZMIERCZAK, L. F. . A mídia como formadora do sistema penal. In: XX Encontro Nacional do CONPEDI, 2011, Belo Horizonte. Anais do XX Encontro Nacional do CONPEDI - "Democracia e reordenação do pensamento jurídico: compatibilidade entre a autonomia e a intervenção estatal.". Florianópolis: Fundação Boiteux, 2011. p. 5486-5502.

3. KAZMIERCZAK, L. F. . Sistema Penal como espelho social. In: XIX Encontro Nacional do CONPEDI, 2010, Fortaleza. Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI, 2010. p. 995-1008.

4. KAZMIERCZAK, L. F. . Por um sistema penal includente. In: XVIII Encontro Nacional do CONPEDI - Maringá, 2009, Maringá. Anais do XVIII Encontro Nacional do CONPEDI - Maringá. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009. p. 1444-1466.

5. KAZMIERCZAK, L. F. ; Fernando de Brito Alves ; Roberto Lima Santos . Sistema Penal como Gerador de Exclusão Social. In: XVII Encontro Preparatório para o Congresso Nacional do CONPEDI, 2008, Salvador. XVII Encontro Preparatório para o Congresso Nacional do CONPEDI, 2008.

6. KAZMIERCZAK, L. F. . Conceito de delito à luz da Constituição Federal de 1988. In: XVII Congresso Nacional do CONPEDI, 2008, Brasília. Anais do XVII Congresso Nacional do CONPEDI. Florianópolis: BOITEUX, 2008. p. 3020-3033.

7. KAZMIERCZAK, L. F. . Responsabilidade Civil dos Provedores de Internet. In: XVI Congresso Nacional do CONPEDI, 2007, Belo Horizonte. Anais do XVI Congresso Nacional do CONPEDI. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007.

8. KAZMIERCZAK, L. F. . Princípio da Ofensividade como Pressuposto do Jus Puniendi. Enfoque sobre o Conceito Material do Delito à luz da Constituição Federal de 1988. In: XVI Congresso Nacional do CONPEDI, 2007, Belo Horizonte. Anais do XVI Congresso Nacional do CONPEDI. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007.

6. INFRA-ESTRUTURA

6.1 Infraestrutura Física e Tecnológica

6.1.1 Canais de Comunicação e sistema de informação:

A IES transmite informações pertinentes à sociedade interna (alunos, professores, funcionários), por intermédio de diversas ferramentas.

Para o tratamento de informações é utilizado um robusto Sistema de Informação que faz o controle das áreas acadêmico-administrativas (Acadêmico, Biblioteca, Finanças, Suprimento entre outras).

Para divulgação das informações são utilizados portais de alunos e professores, que possibilitam a publicação de dados referentes a vida acadêmica dos alunos. (Notas, Faltas, Avisos, Histórico Escolar, Horário acadêmico). Além da Biblioteca Online, que permite ao acadêmico efetuar consulta de livros e periódicos.

Para coleta de informações é utilizada a Internet, no site da Instituição (www.fio.edu.br), existe um módulo para inscrições online de simpósios, workshops e cursos, integrado diretamente com o Departamento Financeiro da Instituição para controle de informações, além da publicação de notícias, avisos e informações referentes a cada curso.

Para sistematização das informações e auxílio gerencial é utilizado o sistema de informação WAE e atualmente estamos em fase migração para o sistema Orion, que geram relatórios dos mais diversos tipos para tomada de decisão dos responsáveis.

6.1.2 Comunicação Externa:

Para comunicação externa é utilizado o site da instituição (www.fio.edu.br), são publicados, quase que diariamente, notícias referentes aos mais diversos assuntos como simpósios, concursos, workshops, cursos, comunicados, agenda de eventos, manual do aluno, cursos de extensão e pesquisa, pós-graduação, fotos de eventos, inscrições para vestibulares,

inscrições de cursos, ouvidoria, egressos, fale conosco, informativos e catalogo institucional.

Acesso a equipamentos de informática, recursos audiovisuais, multimídia, internet e intranet:

6.1.3 Equipamentos de informática:

- A instituição possui três laboratórios de informática para uso dos alunos, com: 25, 25 e 24 máquinas, todas com software devidamente atualizado e licenciado e com acesso à Internet/Intranet;
- Também disponibiliza na Biblioteca 30 máquinas que se destinam à pesquisa e desenvolvimento de trabalhos dos alunos, bem como acesso à Internet/Intranet;
- Para os alunos que estão desenvolvendo pesquisa ou trabalho de conclusão de curso, a IES disponibiliza acesso sem fio;
- Para os professores a IES disponibiliza pontos de acesso sem fio à Internet em vários locais do campus, e também dois computadores ligados à rede, na sala dos professores.
- Na salas de coordenação estão disponíveis seis computadores, todos com acesso a Internet/Intranet, além de pontos de acesso sem fio para os coordenadores com notebook;
- O Hospital Veterinário possui sete computadores com acesso à Internet/Intranet;

6.1.4 Recursos audiovisuais:

A IES possui vinte equipamentos multimídia, contendo: data-show, computador com leitor de DVD e equipamento de som. Possui também quarenta e nove retroprojetores, disponíveis para agendamento em site específico. O agendamento sempre é realizado por um professor responsável.

6.1.5 Plano de expansão e atualização dos softwares e equipamentos:

A IES possui contrato educacional com a Microsoft, renovado anualmente e que permite uso de softwares atualizados e também utilização das ferramentas disponíveis através do MSDN AA;

O plano diretor da Tecnologia da Informação rege a instalação de novos enlaces de rede, link de acesso à Internet, serviços de rede, ampliação da capacidade telefônica.

A renovação dos computadores destinados aos Laboratórios de Aulas Práticas de Informática é realizada a cada 3 anos, prazo no qual o fabricante mantém a garantia dos equipamentos (prazo negociado durante processo de compras).

6.1.6 Manutenção e conservação dos equipamentos:

A manutenção preventiva/corretiva é realizada integralmente pela equipe do Departamento de Tecnologia da Informação, que conta com funcionários qualificados.

Os pedidos de manutenção correm via ticket de atendimento cadastrado no endereço www.femm.br/suporteti.

6.1.7 Apoio logístico para as atividades acadêmicas:

Os funcionários do Departamento de Tecnologia da Informação atendem às necessidades de distribuição de equipamentos, previamente agendadas via sistema ou e-mail.

6.1.8 Descritivo WEBFIO

A WEBFIO é um departamento responsável pela cobertura de todos os eventos realizados pelas FIO e colégio Santo Antônio Objetivo, dando apoio na elaboração de projetos acadêmicos de áudio, vídeo e fotografia. A WEBFIO acompanha diversas visitas técnicas gravando-as e fotografando. Posteriormente este material é editado, autorado e disponível na biblioteca do

campus para empréstimo aos alunos. Que futuramente estarão utilizando este material para estudos. Em parceria com professores da instituição, é desenvolvido vídeo aulas que estão disponíveis na internet, no canal do You Tube. Local onde a WEBFIO disponibiliza um extenso conteúdo de vídeo. No You Tube, temos aproximadamente dezenove mil e quatrocentas visitas num total de cinquenta vídeos, de diversos temas. “Dia a Dia do Aluno”, “Depoimento de ex-alunos”, “Visitas Técnicas”, “Fala de Coordenadores”, “Vestibulares”, “Institucionais”, “O Campus”, “Formaturas”; entres outros. A WEBFIO conta um estúdio de alta tecnologia, estúdio de Chromakey, computadores de última geração com dois monitores cada e os melhores softwares para edição de vídeo e fotografia.

6.2 Biblioteca

6.2.1 Espaço Físico

A biblioteca ocupa uma área total de 550 m.², com piso em cerâmica, paredes de alvenaria, forro em PVC, janelas tipo blindex, iluminação com lâmpadas fluorescentes, equipada com luzes de emergência e extintores de incêndio.

O acervo ocupa uma área de 200 m.², com 13 fileiras de estantes de aço dispostas em dois conjuntos, podendo abrigar em torno de 75.000 volumes.

Os espaços para leitura individual ou em grupo dispõem de uma área de 350 m.², abrigando um total de 14 pessoas para estudos individuais em 07 baias conjugadas, 04 salas para estudos em grupo com ambiente climatizado com acústica favorável para 16 pessoas e um espaço com 16 mesas de estudos múltiplos para 64 usuários todos com cadeiras almofadadas.

Para os trabalhos acadêmicos os usuários dispõem de acesso à Internet em mesas individuais com cadeiras estofadas e tomadas para uso de laptops.

Tabela 01: Computadores Laboratório – Biblioteca

Item	Quantidade	Observações
Computador	32	Tela: “15” Monitor CRT Processador: AMD Sempron 2.6 Ghz Memória Ram: 512Mb HD: 40 GB Sistema Operacional: Windows XP SP3 Acesso a internet: Windows Explorer 7 Pacote Office: Power Point / Excell / Word

Tabela 02: Computadores internos – Biblioteca

Item	Quantidade	Observações
Computador	05	Tela: “15” LCD Processador: Celeron Dual Core 1.8Ghz Memória Ram: 1 Gb HD: 40 GB Sistema Operacional: Windows XP SP3 Acesso a internet: Windows Explorer 7 Pacote Office: Power Point / Excell / Word

6.2.2 Acervo

As Faculdades Integradas de Ourinhos – FIO, possuem uma Biblioteca Central localizada no Campus das FIO, Bloco III, onde disponibiliza seu acervo que constitui-se de livros, periódicos, revistas, monografias, vídeos, CDs, DVDs, entre outros.

Atualmente, o acervo da biblioteca é integrado por mais de 85.000 volumes.

6.2.3 Tratamento da Informação

Os Procedimentos que possibilitam o acesso dos usuários aos materiais bibliográficos nas estantes e sua recuperação no banco de dados WAE se realizam por meio de:

Catálogo – baseada pelo AACR2 (Código de Catalogação Anglo Americano2).

Classificação por Assunto – é feita pelo CDD 21 (Classificação Decimal de Dewey) da vigésima primeira edição em inglês (esta classificação é usada para o material livro).

Demais Materiais – Folhetos, Vídeos, Relatórios Técnicos, CD-Rom e Gravação de Som, são classificados de acordo com o tipo de material.

Classificação do Autor – pela Cutter-Souborn (Programa disponível em: <http://www.oclc.org/dewey/products/index.htm#cutter>).

Indexação – o processo de indexação do material consiste em retirar os principais termos contidos na obra. Procura-se sempre relacionar os termos quando a obra tratar de vários assuntos. No caso de periódico, permitindo ao usuário recuperar esse tipo de material tanto por assunto quanto pelo título do artigo do periódico.

6.2.4 Disposição dos Materiais nas Estantes

Livros e Obras de Referência – são ordenados de acordo com a divisão de área, apontados pelo CDD e Tabela de autor.

Trabalhos de Conclusão de Curso – são separados por tipo de material e obedecem a uma ordem alfanumérica por curso.

Vídeo, Gravação de Som e CD-Rom – são ordenados de acordo com a classificação do tipo de material e curso.

Periódicos – são separados por área, ordenados por título (ordem alfabética) e periodicidade do material (ordem crescente de data).

6.2.5 Sistema de Empréstimo

Cada aluno tem o direito a empréstimo de 03 obras, entre estas obras a biblioteca conta com livros, CDs, DVDs, autos-findos entre outros, durante 07 dias e direito à renovação desde que não reservado ou atrasado, conforme o Regimento da Biblioteca. Os demais materiais como monografias, periódicos, revistas, dicionários, enciclopédias são para consulta local.

6.2.6 Sistema de Consulta

O acervo da biblioteca das Faculdades Integradas de Ourinhos se encontra todo informatizado através do sistema Orion e alimentado diariamente. O sistema permite fazer buscas por título, autor, assunto, editora, ISBN, tipos de materiais e todo o acervo encontram-se catalogado para buscas via intranet ou internet.

Como demonstrado, a Biblioteca/FIO é um setor das Faculdades Integradas de Ourinhos (FIO) que possui no seu acervo obras de várias áreas do conhecimento, com a finalidade de dar suporte ao ensino, pesquisa e extensão. O acervo dispõe de aproximadamente 85 mil itens, próximo de 26.000 títulos, dentre estes 57.000 mil exemplares de livros, 1306 títulos de periódicos com 13035 fascículos, 2703 trabalhos de conclusão de curso, divididos entre monografias, teses e dissertações, possui relatório de estágio, autos-findos, obras em braile e 1430 audiovisuais.

A Biblioteca/FIO possui convênio com o IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, que através do programa COMUT permite a obtenção de cópias de documentos técnico-científicos disponíveis nos acervos das principais bibliotecas brasileiras e em serviços de informação internacionais. Entre os documentos acessíveis, encontram-se periódicos, teses, anais de congressos, relatórios técnicos e partes de documentos; possui convênio com a BIREME – Biblioteca Regional de Medicina, que através do SCAD (Serviço Cooperativo de Acesso a Documentos) fornece documentos especializados em ciências da saúde e atuante na América Latina e Caribe, tendo por objetivo prover acesso a documentos exclusivamente para fins acadêmicos e de pesquisa, respeitando rigorosamente os direitos de autor.

A Biblioteca/FIO é cooperante do BVS-Vet – Biblioteca Virtual em Medicina Veterinária e Zootecnia, fruto da parceria entre Biblioteca Virgínia Buff D'Apice da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ) da Universidade de São Paulo (USP), Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP) e Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME).

O setor também disponibiliza treinamentos e acesso as bases de dados como: SCIELO, BIREME, PERIODICOS CAPES, PUBMED, MEDLINE, DOAJ, entre outras; comutação bibliográfica, pesquisa bibliográfica, normalização documentária, capacitação de usuários e visitas orientadas.

6.2.7 Funcionamento

Para o seu funcionamento a Biblioteca conta com um profissional bibliotecário devidamente habilitado para a função e sete auxiliares de biblioteca.

O horário funcionamento da Biblioteca é de segunda à sexta das 7h20min às 22h50min e aos sábados das 8h às 17h.

6.2.8 Política de Desenvolvimento de Coleções

A política de Desenvolvimento de Coleções ou Política de Aquisição da Biblioteca das FIO tem por finalidade definir critérios para o desenvolvimento e atualização do seu acervo, visando sempre qualidade e excelência nos materiais bibliográficos em conjunto com o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, Projeto Pedagógico do Curso - PPC e as Legislações do Ministério da Educação.

A Política tem por objetivo estabelecer normas para seleção e aquisição de material bibliográfico; disciplinar o processo de seleção, tanto em quantidade como em qualidade, de acordo com as características de cada curso oferecido pela instituição; atualizar permanentemente o acervo, permitindo o crescimento e o equilíbrio do mesmo nas áreas de atuação da instituição; direcionar o uso racional dos recursos financeiros; determinar critérios para duplicação de títulos; estabelecer prioridades de aquisição de

material; estabelecer formas de intercâmbio de publicações; traçar diretrizes para o descarte do material; traçar diretrizes para a avaliação das coleções.

6.2.9 Formação do Acervo

Deverá ser constituído de acordo com seus recursos orçamentários contemplando os diversos tipos de materiais em seus variados suportes. Estes materiais deverão servir de apoio informacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão da instituição, além de resguardar obras oriundas da própria instituição.

6.2.10 Critérios de Seleção

Quanto à formação do acervo, o material bibliográfico deve ser selecionado observando-se os seguintes critérios:

- adequação do material aos objetivos e níveis educacionais da instituição;
- autoridade do autor e/ou editor; atualidade;
- qualidade técnica; quantidade (excesso/escassez) de material sobre o assunto na coleção; cobertura/tratamento do assunto;
- custo justificado;
- idioma;
- número de usuários potenciais que poderão utilizar o material;
- conveniência do formato e compatibilização com equipamentos existentes.

6.2.11 Revisão da Política de Desenvolvimento de Coleções

A cada ano a política de desenvolvimento de coleções deverá ser revisada e, se necessário, atualizada com a finalidade de garantir sua adequação à comunidade acadêmica, aos objetivos da biblioteca e aos da própria instituição; contudo, o processo é dinâmico e flexível e sempre que se fizer necessário, admite adendos e adequação.

6.3 – Laboratórios do Curso

6.3.1 Salão do Júri

O Curso de Direito conta com um anfiteatro com capacidade para 100 pessoas e totalmente equipado com mobiliário e recursos audiovisuais necessários para o exercício das atividades de práticas-jurídicas.

6.3.2 Anfiteatro

A IES possui dois anfiteatros, com capacidade total de 400 lugares, integrados através de sistema de transmissão simultânea de som e imagem, para a realização de palestras e eventos.

6.3.3 Laboratórios de Informática

As FIO conta com laboratórios de informática com bancadas e cadeiras suficientes para todos os usuários, equipamentos modernos, um computador por aluno, ambiente climatizado, quadro branco, projetor multimídia fixo com controle remoto e tela de projeção fixa.

É necessário reforçar que todos os laboratórios de informática dispõem de acessibilidade.

As FIO disponibiliza rede wireless institucional para os alunos, servidores e visitantes, com acesso a internet na IES.

A autenticação é feita em qualquer campus, através do login e senha do e-mail institucional, para os servidores; e login e senha do sistema acadêmico, para os alunos. O acesso pode ser feito mesmo quando o usuário estiver em outro campus das FIO.

A rede wireless utiliza tecnologia 802.11N, com equipamentos Cisco. Segundo o fabricante, este é um dos maiores projetos já realizados por uma instituição de ensino público no país, abrangendo 12 cidades e atendendo aproximadamente 26 mil usuários.

Todos os softwares instalados nas máquinas da universidade possuem licença.

O Campus também conta com o setor gestão de TI responsável pela manutenção dos equipamentos, quando necessária. A gestão de TI também é responsável pela instalação e atualização dos softwares, a pedido da coordenação.

7. AVALIAÇÃO

7.1 Avaliação do rendimento do aluno

A avaliação do rendimento acadêmico é realizada de forma contínua e tem por objetivo aferir o nível do conhecimento apresentado pelo estudante.

A média de aprovação é 7,0, sendo que àqueles que não obtiverem a média para aprovação direta nas avaliações bimestrais e presenciais, desde que tenha média superior a 4,0, é oferecida a possibilidade de realização de exame final, no qual o acadêmico precisa alcançar a média 5,0, considerando-se para tanto a soma entre a média das avaliações bimestrais e a nota do exame final.

As avaliações bimestrais, previstas previamente no calendário acadêmico distribuído aos alunos no início do semestre letivo, são compostas por, no mínimo, 01 prova e 01 trabalho, capazes de aferir não só o conhecimento técnico, mas também a capacidade do aluno de exposição do raciocínio e argumentos jurídicos, correção da linguagem escrita e terminologia jurídica, coerência etc.

Oportuno destacar que o professor possui autonomia para realizar, durante o bimestre, outras avaliações, v.g., provas escritas, trabalhos supervisionados em sala, preparação e apresentação de seminários e pesquisas, que, posteriormente, somadas com a nota das provas regulares, compõem a nota bimestral. Tal procedimento faculta a avaliação continuada que no Curso de Direito é recomendada aos professores.

Após a correção das avaliações bimestrais, o professor dá vistas de provas aos alunos e com eles discute as questões propostas, enfatizando erros e acertos, de forma a complementar o processo pedagógico de ensino-aprendizagem.

Para garantir a interdisciplinaridade, semestralmente é realizada uma Prova Integralizadora, que congrega questões de formação geral e de todas as disciplinas cursadas no respectivo termo.

7.2 Avaliação do Curso

A IES possui uma Comissão Própria de Avaliação que periodicamente realiza atividades tendentes a aferir a qualidade dos serviços educacionais oferecidos aos discentes e a satisfação dos docentes, discentes e funcionários.

De modo específico, corroborando o compromisso da IES com a qualidade do ensino oferecido aos seus alunos, com CPC 4, o Curso de Direito das FIO, através da permanente supervisão e avaliação das suas práticas pedagógicas, busca a excelência almejada no ensino jurídico, o que pode ser comprovado pela evolução dos seus indicadores nos exames do ENADE/MEC, nota 3 no exame de 2009 e nota 4 no de 2012, e no exame de suficiência da OAB Nacional, tendo obtido índice de 34% de aprovação no XI Exame, ficando assim acima da média regional e da nacional, fatores que tem redundado em crescente procura por estudantes de toda a região.

Destarte, com o intuito de garantir a constante atualidade do projeto pedagógico do curso, atentos à dinamicidade dos fenômenos sociais, axiológicos e jurídicos, bem como buscando atender às diretrizes curriculares nacionais (DCNs) para o curso de Direito, a estrutura curricular e processos do Curso de Direito das FIO são permanentemente revisados pelo desenvolvimento de 4 atividades integradas e interdependentes:

- 1- reunião geral dos docentes do curso, com o objetivo discutir e definir os aspectos gerais de funcionamento, o calendário escolar para o ano seguinte e as providências necessárias à integração entre as disciplinas, feitas no mínimo a cada início de semestre;

- 2- reuniões ordinárias ou extraordinárias do Núcleo Docente Estruturante;

- 3- avaliações institucionais e docentes feitas pelos alunos e CPA, além das críticas e elogios recebidos através da Ouvidoria da IES;

- 4- reuniões do Coordenador do Curso com representantes de sala, realizadas no início de cada bimestre e durante o desenvolvimento das atividades pedagógicas, sempre que necessário.